



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL EM HISTÓRIA
DA ÁFRICA, DA DIÁSPORA E DOS POVOS INDÍGENAS

CARMEN VERUSCA OLIVEIRA SANTOS PEREIRA

RELATÓRIO

**O ENSINO DA HISTÓRIA INDÍGENA NO RECÔNCAVO BAIANO: ANÁLISE
HISTORIOGRÁFICA DA GUERRA DO RECÔNCAVO E ELABORAÇÃO DE
MATERIAL PARADIDÁTICO**

Cachoeira

2020

CARMEN VERUSCA OLIVEIRA SANTOS PEREIRA

RELATÓRIO FINAL

**O ENSINO DA HISTÓRIA INDÍGENA NO RECÔNCAVO BAIANO: ANÁLISE
HISTORIOGRÁFICA DA GUERRA DO RECÔNCAVO E ELABORAÇÃO DE
MATERIAL PARADIDÁTICO**

Relatório do itinerário de pesquisa e discussão historiográfica do processo de construção do Paradidático para os discentes do Fundamental II no Programa de Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para titulação de Mestre.

Orientação: Prof. Dr. Fabrício Lyrio Santos.
Co-orientação: Prof. Dr. Sergio Armando Diniz Guerra Filho.

Cachoeira

2020

P436e Pereira, Carmem Verusca Oliveira Santos.

O Ensino da História Indígena no Recôncavo Baiano: análise historiográfica da guerra do Recôncavo e elaboração de material paradidático.
/ Carmem Verusca Oliveira Santos Pereira. Cachoeira, BA, 2021.
90f., il.

Orientação: Prof. Dr. Fabrício Lyrio Santos
Coorientação: Prof. Dr. Sergio Armando Diniz Guerra Filho

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro Artes, Humanidades e Letras, Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas, Bahia, 2021.

1. Bahia - História. 2. Recôncavo Baiano - História - Bahia. 3. Índios - História. I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras. II. Título.

CDD: 981.8142

Ficha elaborada pela Biblioteca do CAHL - UFRB.
Responsável pela Elaboração – Juliana Braga (Bibliotecária – CRB-5/ 1306)
(os dados para catalogação foram enviados pelo usuário via formulário eletrônico)

CARMEN VERUSCA OLIVEIRA SANTOS PEREIRA

**O ENSINO DA HISTÓRIA INDÍGENA NO RECÔNCAVO BAIANO: ANÁLISE
HISTORIOGRÁFICA DA GUERRA DO RECÔNCAVO E ELABORAÇÃO DE
MATERIAL PARADIDÁTICO**

Dissertação apresentada ao programa de Mestrado Profissional
em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas da
UFRB, sob orientação do Prof. Dr. Fabricio Lyrio Santos e
coorientação do Prof. Dr. Sérgio Armando Diniz Guerra Filho

Aprovado, 17 de dezembro de 2020.

Comissão Examinadora:



Prof. Dr. Fabricio Lyrio Santos
(UFRB – Orientador)



Profa. Dra. Zeneide Rios de Jesus
(UEFS – Examinadora externa)



Prof. Dr. Leandro Antonio de Almeida
(UFRB – Examinador interno)

Cachoeira-Ba
2020

Agradecimentos

Cursar o mestrado no Programa de Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, na cidade de Cachoeira foi uma experiência única, adorei viver o dia a dia da cidade com tudo que tem de positivo e negativo, e “para quem vem de um outro sonho feliz de cidade...”. Sua rica cultura, sua história em cada canto de suas esquinas, suas festas, enfim só tenho a agradecer a cidade que me acolheu durante os 2 anos e meio em que morei, desde o ingresso como aluna especial e depois como efetiva no mestrado, especialmente a casa em que morei que foi de Tranquilino Bastos, o maestro abolicionista, jornalista, vegetariano, homeopata, espírita, que fundou a Lyra Ciciliana e compôs o Hino da Cidade de Cachoeira.

Agradecer aos meus mais velhos que percorreram antes os caminhos que me trouxeram até aqui, aos meus pais Maria Auxiliadora de Souza Oliveira minha mame poderosa, mulher guerreira com quem aprendi a fazer chover quando necessário e a também a disfrutar de um belo dia de sol, a persistir quando preciso e a recuar se for necessário, mas sempre ir em frente e buscar viver com todas as possibilidades que a vida nos apresenta, ao meu velho Caco, meu pai como carinhosamente chamava, que infelizmente foi para o Orum neste difícil 2020, coincidentemente a defesa desse mestrado marcado para o dia 17 de dezembro de 2020, completará 6 meses sem o som da sua risada, com quem também aprendi o valor das coisas boas da vida, amizades, boa música, a ser gentil a entender ou buscar entender o que não pode ser, a ter paciência com o outro, e os benefícios de uma cerveja estupidamente gelada, saudade papi, sei que está comigo, agora num novo nível de vínculo.

A minha irmã Samanta e meu cunhado Sólon que me acolheram em sua casa para viver esse período da minha vida, a Mathias e Maria Tereza meus afilhados que amo de paixão, aos meus irmãos Luiz e Victor, meus sobrinhos Aninha e Gabriel, aos amigos que fiz e aos que reencontrei em Cachoeira Marcia, Paola, Pirulito, Maira, Osvaldo, Olívia, Zivito, Lúcio e Grazi, Andrea, Cristina e Asa, Ana Paula, Jeine e Tony ao Coletivo Novos Cachoeiranos a Felipe que fez a diagramação do Paradidático, a Jorjão, a mãe Mariá, a Tacun e a todos com quem convive nesses tempos de vivência intensa do Recôncavo.

Aos meus amigos, os melhores que alguém poderia ter Janaina amiga que me atura a mais de 30 anos e me ajudou muito nesse percurso, Rodrigo e Fabio que me ajudaram no pré-projeto do mestrado, João, Duda, Gil, que me aturam e escutaram minhas angustias e dúvidas me acalantando quando necessário ou me chamando atenção quando saia dos trilhos.

Resumo

O presente relatório técnico é a descrição do itinerário da pesquisa para a concepção do livro paradidático “*A Guerra do Recôncavo: Violência e Colonização na Bahia*. Destinado aos estudantes do Ensino Fundamental II, o livro foi elaborado a partir de um estudo bibliográfico sobre a Guerra do Recôncavo, a fundação da vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, em 1689, que futuramente se transformaria nas cidades de Cachoeira e São Félix, como também sobre a abertura para o sertão, a partir da historiografia produzida sobre o tema, a exemplo do livro de Pedro Puntoni: *A Guerra dos Bárbaros*. O relatório transcreve o percurso feito durante a pesquisa, à medida em que fui descolonizando o meu olhar enquanto pesquisadora, optando pelo gênero narrativo-descritivo, e também as referências teóricas que utilizei, as concepções sobre livro didático e paradidático e as discussões que direcionaram a pesquisa até a construção do produto final: o paradidático.

Palavras-chave: Guerra do Recôncavo, povos indígenas, colonização, violência, sertão.

Abstract

This technical report is the description of the research itinerary for the conception of the paradidactic book “A Guerra do Recôncavo: Violence and Colonization in Bahia. Intended for Elementary School students, the book was prepared from a bibliographic study on the War of the Recôncavo, the foundation of the village of Nossa Senhora do Rosário in Porto da Cachoeira, in 1689, which in the future would become the cities of Cachoeira and St. Felix, as well as about the opening to the sertão, based on the historiography produced on the theme, like the book by Pedro Puntoni: A Guerra dos Bárbaros. The report transcribes the path taken during the research, as I decolonized my view as a researcher, opting for the narrative-descriptive genre, as well as the theoretical references that I used, the conceptions about didactic and paradidactic books and the discussions that led to research until the construction of the final product: the paradidactic.

Keyword: War of the Recôncavo, indigenous peoples, colonization, violence, sertão

Língua Cativeira

Parte III

É possível conjugar
A todo tempo
O verbo amar,
Em qualquer língua,
Em qualquer lugar

Oh, língua cativeira, proscrita,
Antiga, de nossos pais,
Tempos malditos!
- Apesar de que hoje
Preconceito ainda é crime!

Por ironia da conjuntura
Mesmo abolido perdura
Como cicatriz, o gerúndio,
É a mancha do verniz.
Mata borrão não limpa cicatriz!

Penso nessa língua caçula
Caçando sílabas puras
Para construir conceitos
E dar dominação!
E os versos sem ternura
Emprestam frase suras
Com o rabo sempre preso
Na mesma conjuntura.

Juvenal Teodoro Payayá
NHEENQUERA

Lista de Figuras

Figura 1- Sumário do Paradidático.....	47
Figura 2- Capa do Paradidático.....	48

Sumário

Introdução.....	08
1. A reconstrução do passado Indígena nos livros de História.....	10
2. Contextualização Histórica do Episódio abordado no paradidático	15
2.1.O Início da Colonização.....	19
2.2.As “Guerras Justas”	23
2.3.Jesuítas.....	26
2.4.A Guerra dos Bárbaros.....	28
2.5.O Recôncavo.....	30
2.6.A Guerra do Recôncavo.....	32
2.7.As Batalhas decisivas.....	34
3. Dimensão educativa e produção do paradidático.....	39
3.1.Percurso Teórico Metodológico.....	44
3.2.Produção do Paradidático.....	46
4. Considerações Finais.....	49
5. Referências Bibliográficas	51

Anexo:

Paradidático: “*A Guerra do Recôncavo: Violência e Colonização na Bahia.*”

Introdução

Neste relatório está o itinerário de pesquisa e discussão historiográfica do processo de construção do produto final do Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas, o Paradidático “*A Guerra do Recôncavo: Violência e Colonização na Bahia*”, material complementar para os discentes do ensino básico, dispoendo como alicerce o reconhecimento da importância do ensino da história local e regional na educação básica, com ênfase na temática indígena, tendo em vista a sua relevância e a observância da Lei 11.645/2008.

Destarte, o trabalho consistiu na elaboração de um paradidático a ser utilizado pelos discentes como leitura complementar nas aulas de história do Brasil, vindo a servir como um aprofundamento das discussões sobre as populações indígenas que habitavam a região do Recôncavo, abordando especificamente a Guerra do Recôncavo e a fundação da Vila de Nossa Senhora do Rosário da Cachoeira, em 1689 após a consolidação do território. A proposta do livro é estabelecer uma relação entre o passado e o presente a partir dessas lacunas da memória coletiva, ou como nos coloca Meneses (1992:10), a memória “é um processo permanente de construção e de reconstrução de um trabalho”, ou Ferreira, “é construção do passado, mas pautada em emoções e vivências; ela é flexível e os eventos são lembrados à luz da experiência subsequente e das necessidades do presente” (2002, p.321).

Ao reavivarmos a memória desses fatos, buscamos revelar elementos do presente, como por exemplo o silenciamento da presença indígena na região do Recôncavo.

Aprendemos na Escola o que é socialmente válido, através de pedagogias que diariamente, por meio de mecanismos muitas vezes complexos, estão diluídas em ações cotidianas, ocultando outros comportamentos em nome da garantia da norma formal. Assim, podemos observar que a escolarização, a partir das atuais regras vigentes, inscrevem nos sujeitos marcas próprias para os grupos. Neste cenário, reafirmam-se estereótipos referentes às relações de raça/etnia, de gênero, de sexualidade, de classe, separando e classificando as relações. A Escola, ainda neste formato, vem produzindo identidades de maneira a acondicionar os sujeitos dentro de um estabelecido sistema hegemônico.

Como resultado desta interpretação, o produto elaborado reflete, num primeiro momento, uma inquietação, e posteriormente, uma observação acerca da necessidade de produção de materiais que contribuam para o acesso da comunidade escolar de Cachoeira, São Félix e do Recôncavo, à história local. E que esse material se torne uma ferramenta de auxílio aos discentes, trazendo elementos acerca dessas narrativas, sendo um suporte às aulas e ao material

didático, abrangendo saberes e conhecimentos que normalmente não são aprofundados, pois há sempre recortes nos livros didáticos, principalmente abrangendo fatos específicos da história local.

O material didático representa, tanto para o docente quanto para o discente, uma ferramenta de suporte às aulas. Porém, como já salientado, ele não dá conta de abarcar todas as narrativas. Daí a necessidade de outros elementos para uma melhor compreensão do universo a ser estudado, a exemplo dos paradidáticos, filmes, blogs, sites, quadrinhos, jogos, música, poesia, teatro, que aumentam o número de referências sobre o tema ao qual os estudantes devem ter acesso.

“*A Guerra do Recôncavo: Violência e colonização na Bahia*”, servirá como um elemento a mais nas discussões sobre as populações indígenas que habitaram a região do Recôncavo, abordando mais precisamente a Guerra dos Bárbaros, seção recôncavo, início do conflito, a partir da historiografia já produzida, tomando como base principalmente o Livro de Pedro Puntoni, além de outros autores que pesquisaram sobre o tema, adaptando-o à linguagem do público-alvo, que são os estudantes do ensino básico.

Além de um suporte para as aulas de história, o que se propõe também é despertar nesses estudantes o interesse na história local e a consciência de sua importância, através do contato com a memória coletiva ou, como nos coloca Nora, a memória “é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações”. (1993, p.9).

A proposta desse Paradidático é uma revisitação dessas narrativas acerca da Guerra do Recôncavo e posterior fundação da vila de Cachoeira, de maneira que seus leitores tenham uma visão geral dos indígenas que viviam nessa região e quais acontecimentos contribuíram para que atualmente não existam territórios povoados por eles, visto que no Recôncavo viviam diferentes povos indígenas. Além disso, oferece uma narrativa que possibilita o aprendizado mais próximo do discente, ligando história local e regional à memória coletiva, ressaltando a importância desses povos para o surgimento da vila que posteriormente originou as Cidades de Cachoeira e São Félix.

Em conformidade com a Lei 11.645 de 10 de março de 2008:

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da

educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

O Paradidático A Guerra do Recôncavo dialoga com o material didático, acrescentando diferentes narrativas que são de suma importância numa sociedade diversa como a brasileira. Ressalta a importância da participação indígena na história, mesmo que em um cenário de guerra e conquista europeia. Ajuda a combater estereótipos, ou seja, melhora a percepção da sociedade que aqui se formou há mais de 500 anos, como também a história dessas mulheres e homens que aqui habitavam muito antes da chegada dos colonizadores. O conhecimento acerca desses atores tende a fortalecer a percepção da importância de se ter diferentes narrativas e, conseqüentemente, motivar os estudantes a adquirirem um conhecimento inicial sobre a temática, buscando aprofundá-las posteriormente.

Morar numa cidade histórica como Cachoeira, mesmo que provisoriamente, traz um sentimento de pertencimento a toda uma tradição cultural, econômica e social, que me motivou o desejo de querer saber mais sobre a história dessa rica região do Recôncavo. A escolha desta cidade deve-se às suas especificidades e importância histórica para a consolidação do território e conquista do sertão da Bahia, e como isso impactou nas populações indígenas que a habitavam antes da chegada do colonizador português. Um território marcado por disputas e concessões entre os colonos, as populações originárias e os negros. Pude entender que em cidades históricas como Cachoeira e São Félix, a história pode se libertar da sala de aula, pois ela é vivida no dia a dia, nos conectando geograficamente com o solo onde tudo de fato aconteceu.

1. A reconstrução do passado nos livros de história.

Os fatos registrados como lembranças na memória, podem remeter, sob certos aspectos, isto é, ao esquecimento, ao silêncio. A relação entre esquecimento e memória é intrínseca, ou seja, as lembranças causadas por marcas do passado só poderão desempenhar a sua função social se forem transmitidas, reproduzidas e compartilhadas.

A remontagem do passado não é uma transposição literal, é feita através de interpretações que estabelecem hierarquias entre os personagens centrais e periféricos, entre os espaços do que é visibilizado e o que é secundário. (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016, p.11).

Como já colocado ao longo do texto, tem-se muito pouco registro por parte dos povos indígenas sobre a sua versão da história. Não há, em vista disso, como recuperar o outro lado

da história destes primeiros habitantes de maneira crítica, sem incorrerem em alguns equívocos. (PUNTONI, 2002, p.49).

Deste modo, a construção das narrativas sobre os indígenas enquanto sujeitos e não apenas vítimas de suas histórias, é mais recente. Uma das responsáveis por essa abordagem dentro da historiografia brasileira é a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, que nos traz a seguinte reflexão: “as sociedades indígenas pensaram o que lhes acontecia em seus próprios termos, reconstruíram uma história do mundo em que elas pensavam e em que suas escolhas tinham consequências”. (CUNHA, 2012, p.25). O que cabe aos historiadores, antropólogos e posteriormente a sociedade brasileira como um todo, é restabelecer a importância da memória indígena, dando-lhe voz e legítima justiça.

E como foi construída essa história? Ao retomarmos esse tema aqui no texto, devemos dizer que essa narrativa se inicia após a independência do Brasil, com as elites, mais especificamente a elite intelectual da época, à frente desse movimento. Esse grupo iniciou a construção dos eixos do recém-nascido Estado Nacional. Buscavam uma identidade para a imberbe nação brasileira, uma representação simbólica que traduzisse a participação das raças na formação dessa história. Analisaram as raças que compunham o Brasil: o português, branco, que dominava antes da independência, foi rejeitado por representar o colonizador. A condição de escravizado do negro não permitia que esse fosse visto como um símbolo positivo. Restou o indígena, combatido no passado, porém originário da terra, e que poderia ser assim um símbolo para o país. (SILVA, 2018, p.15).

Deste modo, a imagem do indígena como símbolo da nação brasileira, foi heroicizada. De forma épica foram contadas as aventuras dos Tupi-Guarani, alçados a guerreiros da nação, heróis da pátria nascente. A condição real dos indígenas na época foi deixada de lado, em prol da romantização desse passado, que perdurou até meados do século XIX, quando se iniciaram no IHGB- Instituto Histórico Geográfico Brasileiro¹, os debates entre os defensores da literatura (imagem romantizada do indígena) e a narrativa baseado na história. Essas discussões passavam pela viabilidade da representação da nacionalidade brasileira, com base nos indígenas. (ALONSO, 1995, p.248,249)

Em 1843, a dissertação de Karl Friederich Von Martius², “Como se deve escrever a história do Brasil”, ganhou o concurso em 1º lugar do IHGB- Instituto Histórico Geográfico Brasileiro,

¹ IHGB- Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838, tinha como objetivo pensar um projeto de nação, buscar uma identidade e imagem orgânica para o Estado Brasileiro.

² ,1794 – 1868, Naturalista alemão da região da Batávia, que viajou pelo Brasil de 1817 a 1820.

e apesar de residir na Alemanha, tornou-se sócio do instituto. No texto, ele afirmava serem os indígenas povos destinados ao desaparecimento, ou “ruínas de povos”. Suas ideias influenciaram a intelectualidade da época e os estudos que vieram depois a respeito da história do Brasil (SILVA, 2018, p.24)

Influenciado pelas conclusões de Martius, o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen³ publicou trabalhos sobre linguística, etnografia, arqueologia e mitologia indígenas. Acreditava na degeneração dos índios e defendia a violência no trato com estes, pois não haveria outro meio de civilizá-los. O desaparecimento de parte da população indígena, com base nas imagens de degeneração destes, serviu de argumentos para a negação da identidade étnica indígena e alegação da mestiçagem, legitimando a invasão de terras, ampliada depois da Lei das terras de 1850, pelo Estado ou particulares, com apoio desse instrumento legal. (GUIMARÃES, 1988, p. 19)

O Governo Imperial, em 1861, solicitou informações para a organização do serviço de catequese indígena, sobre as diretorias das terras públicas e colonização nas províncias. Pois, devido à pressão contra o trabalho negro escravo, e luta e resistência desses povos, poderia substituir essa mão-de-obra por livre, em parte pelos indígenas, diante da dimensão do país e da constante necessidade de contingente, uma vez que estes poderiam facilmente, devido à mestiçagem, serem assimilados pela massa da população. Este debate sobre mão-de-obra para a lavoura, inicia-se em 1840 no IHGB, e encontrava-se nas discussões entre os defensores da imigração de colonos europeus e os favoráveis à utilização dos indígenas como força de trabalho, em substituição à negra escravizada. (SILVA, 2018, p.25)

Nesse contexto de mestiçagem do século XIX, os antigos habitantes dos aldeamentos passaram a ser reconhecidos como caboclos, classificação muitas vezes assumidas pelos próprios indígenas para esconder a sua identidade diante das perseguições. O estudo sobre esses povos, que posteriormente apareceram na literatura, memorialista na maioria das vezes, entre outros, versava sobre os hábitos, os costumes destes povos considerados exóticos, cujas manifestações eram vistas como folclóricas e em vias de extinção. Assim foram tratadas, em sua maioria, as contribuições dos indígenas às origens e formação social de municípios no interior do Nordeste. (SILVA, 2018, p.25)

³ 1816-1878 Militar, Diplomata e Historiador, exerceu o cargo de primeiro-secretário no IHGB- Instituto Histórico Geográfico Brasileiro.

Assim sendo, estudiosos da época, como Gilberto Freyre, Câmara Cascudo, Estevão Pinto, entre outros, acreditavam que os indígenas seriam absorvidos num processo de miscigenação social, integração cultural e dispersão, no conjunto da população regional. (SILVA, 2018, p.28)

A diluição das imagens dos indígenas, baseada na ideia da ausência do fenótipo, de certas características essenciais entre esses homens e mulheres que os classificassem como indígenas, não levava em conta o contato entre diferentes povos indígenas, europeus e negros, ao longo dos anos de aldeamento, procurando numa certa pureza original vestígios materiais que os identificassem enquanto indígenas. Com essa idealização da imagem de pureza do que seria um indígena, foi negada a identidade e os direitos destes povos, principalmente o direito à terra, pois ao serem considerados mestiços, estariam aculturados, sem direitos, em vias de desaparecer, e os que existiam eram apenas remanescentes, ou seja, descendentes. (SILVA, 2018, p.29).

Porém, em 1870, manifesta-se no país um clima de revolução política e literária. As consequências da Guerra do Paraguai, o movimento abolicionista e as perspectivas da República, anunciavam uma nova mentalidade. A chamada “grande virada antirromântica” e a recepção de novos pressupostos científicos filosóficos (positivismo) na Europa, influenciaram as ideias debatidas nos círculos acadêmicos, culturais e políticos. E a recepção a essas novas teorias, incluindo as raciais e dos seus pressupostos, para a explanação da desigualdade entre as raças, constituiu-se, contudo, em um problema para os pensadores brasileiros. (SILVA, 2018, p.31)

Para esses intelectuais, havia a ideia de que as raças inferiores, na concepção da época, isto é, negro e índio, iriam ser diluídas, num processo de branqueamento resultado da mistura, uma vez que a raça branca considerada superior, iria se sobrepôr às outras. A defesa desses autores sobre a mistura das raças foi a solução encontrada para a adoção das teorias raciais diante da realidade multirracial do Brasil. Reafirmava-se a superioridade do branco frente aos negros e indígenas. Vemos essa validação com Silvio Romero, em sua História da Literatura Brasileira. No final do século XIX, este afirma que o mestiço seria um produto dessa mistura física, étnica e da história do Brasil, sendo aquilo que vinha nos diferenciar dos outros povos. (SILVA, 2018, p.33)

Destarte, dentro desse contexto, discutiu-se a história do Brasil e as concepções de identidade. Buscou-se assim legitimar a afirmação do que seria uma identidade sociocultural para o Brasil, na mistura das três raças, que aos poucos, em virtude da superioridade de uma delas, faria com que as outras desaparecessem. Foi nesse período que foram publicados os clássicos que definiam a nossa origem, em diferentes vertentes, a exemplo de: Casa Grande e

Senzala, de Gilberto Freyre e Raízes do Brasil, de Sergio Buarque de Holanda, nos anos 30 e Formação do Brasil Contemporâneo, de Caio Prado Junior, em 1942. Foram obras que discutiam a formação do Brasil, a sua origem, em concordância com o momento sociopolítico. Estes autores procuravam explicar o passado, ao mesmo tempo que intencionavam apontar um caminho para o futuro. (SILVA, 2018, p.34). Essa defesa da miscigenação foi o que nos levou a acreditar numa suposta democracia racial, e nos acompanha até hoje, quando ainda vemos em alguns discursos, inclusive os oficiais, que pregam que não existe racismo no Brasil.

E neste percurso é possível observar que os caminhos percorridos pelos historiadores que explanam a história indígena necessitam ser contextualizados, pelo menos em dois momentos diferentes, como já colocados: na construção do livro didático. O primeiro deles durante o Império, o qual identificamos na tese da dissertação que ganhou o concurso em 1º lugar do IHGB- Instituto Histórico Geográfico Brasileiro de “Como escrever a História do Brasil”, elaborada por Martius. Nela, o autor acredita na inevitável assimilação e desaparecimento dos índios com o avanço da civilização. Outro representante desse período, Varnhagen, embora não compartilhasse da ideia elaborada por Martius, partilhava da mesma visão quanto ao desaparecimento desses grupos, superados pela evolução da civilização e pela superioridade do homem branco. E o segundo momento seriam as teorias antropológicas do século XX, que apesar de rejeitarem os paradigmas iluministas do século XVIII e a hierarquia do evolucionismo do XIX, persistiram até os anos setenta do século XX, na perspectiva da inevitabilidade do desaparecimento físico e cultural dos grupos indígenas.

Apesar do racismo e das imagens deturpadas que ainda possuímos dos indígenas e de sua participação na história do Brasil, os discursos, como já explanamos ao longo do texto, vêm mudando de forma lenta, ainda com alguns retrocessos. As leis, desde a constituição de 1988 até a promulgação da Lei 11.645/2008, vêm mudando, principalmente nos discursos, nos ciclos acadêmicos, políticos, na revisão dos livros didáticos, entre outros, dando cada vez mais visibilidade sociopolítica a essa luta e conseqüentemente reconhecendo os povos indígenas, que nunca deixaram de combater e buscar por esses espaços, desde a chegada de Cabral.

Ao observarmos as narrativas sobre os povos indígenas, como foram construídas e contextualizadas nesses cinco séculos de história do Brasil, percebemos como nosso olhar sobre estes povos é colonizado, moldado, sobretudo devido a todos os anos de silenciamento, de uma só narrativa, que os colocaram num lugar menor na história daquilo que conhecemos como Brasil.

2. Contextualização Histórica do Episódio abordado no paradidático

O caminho percorrido para a elaboração deste produto teve início nas leituras das obras: *Índios no Brasil: história, direitos e cidadania* (2012), de Manuela Carneiro da Cunha, e *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo* (1994), de John Manuel Monteiro. Ambas as obras elucidaram as narrativas existentes sobre as populações indígenas, os desdobramentos dos conceitos negativos e os estereótipos ensinados nas aulas e livros de história entre os anos 80 e 90 do século XX, que abrangiam basicamente o período colonial, salientando os processos ditos civilizatórios perpetrados pelos colonizadores portugueses.

Portando, foi através dessas leituras que iniciei um processo de descolonização do meu olhar, que foi forjado durante anos por práticas pedagógicas que supervalorizavam a cultura eurocêntrica como padrão de civilidade a ser seguido, além de colocar as populações indígenas como vítimas e coadjuvantes na construção da sua história.

A despeito das investidas não concretizadas do colonizador em extinguir os povos indígenas, as marcas que ficaram no consciente e inconsciente dessas populações nos revelam que, apesar de todos os avanços, o ambiente escolar ainda permanece como desdobramento desses estereótipos, que recaem sobre os povos indígenas, tanto na perspectiva identitária, quanto no âmbito psicológico, cultural, social e econômico. Ou como nos coloca Manuela Carneiro da Cunha:

Nas últimas décadas, em suas lutas políticas, os povos indígenas têm reivindicado não apenas a retomada de seus territórios, mas também o direito a diferença e a memória. Mais do que um exercício meramente acadêmico, o questionamento às “verdades” preconceituosas e equivocadas constituiu um posicionamento político necessário para a construção das novas ideias e práticas que permitam redimensionar o lugar das relações étnico-raciais no Brasil contemporâneo, construindo caminhos alternativos para a superação dos preconceitos, para a valorização da diversidade cultural e para autodeterminação dos povos. (CUNHA, 2012, p.14-15)

A cultura eurocêntrica, herança da colonização, ainda é um padrão a ser seguido, influenciando as diferentes gerações, através de pedagogias que diariamente, por meio de mecanismos muitas vezes complexos, são diluídos em ações cotidianas, resultando em preconceitos linguísticos, sociais, religiosos e raciais, num processo que “folcloriza” os indígenas, os colocando num papel secundário na construção da sua própria história e consequentemente, da História do Brasil.

O que observamos ainda é que a Escola vem estabelecendo padrões de comportamento tidos como normais. Enquanto instituição detentora e responsável pela produção do saber, a escola reserva lugares sociais que cabem normalmente a homens e mulheres brancos, em sua maioria de cristãos e heterossexuais. Este padrão vem mudando no Brasil ao longo dos anos? Depende. Podemos enxergar muitas realidades e escolher mais de uma perspectiva de análise e cada uma terá sua lógica, seu fundamento, sua defesa. (ALVES, 2003). No que tange ao ensino de História sobre os indígenas, temos a lei 11.645/2008, que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-brasileira e Indígena de forma transversal e interdisciplinar. Portanto, acreditamos que sim, que as coisas vêm mudando de forma lenta, e a isso devemos o aumento das pesquisas, das dissertações, artigos e livros que vêm sendo produzidos ao longo dos últimos anos.

As vozes indígenas contra a colonização se fizeram conhecer, mais precisamente, nas décadas de 70 e 80 do século XX, quando as lutas por demarcação de seus territórios, ampliadas e repercutidas por um arco de alianças (igrejas, universidades, grupos de direitos humanos), começaram a chegar até a opinião pública e culminaram na Constituição de 1988, e muitas batalhas depois culminaram na promulgação da lei 11.645/2008, (LEÃO, 2015, p.7) (CANCELA, 2016, p.18) trazendo mudanças lentas, mas significativas, pois vieram atender a uma importante demanda dessas populações que compõem a cultura brasileira e não eram estudadas como tal, e nem representadas.

Ainda estamos muito longe de melhorarmos estas estruturas, mas não podemos negar que esses pequenos avanços, entre eles a inclusão no currículo da temática das populações indígenas, contribuem para as discussões sobre essas pautas e contém alguns avanços. Ressalto que me refiro aos avanços nas discussões, pois, infelizmente, a ideia que ainda temos dos indígenas e que impactam no imaginário coletivo no presente, devido à uma visão construída através de conceitos distorcidos, gerou durante muitos anos e ainda gera, dificuldades na compreensão das relações estabelecidas entre esses diferentes atores e forças sociais que interagiram no decorrer da colonização. (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016 pg.7-9)

Porém, não podemos nos furtar de colocar que ao longo desses anos, principalmente após a promulgação da Constituição de 1988, a abordagem interdisciplinar nas pesquisas que tem a temática indígena como foco, vem através do diálogo entre as distintas disciplinas, como História, Antropologia, Sociologia, Linguística, produzindo uma integração que fez surgir novos campos teóricos, que buscam considerar os diferentes aspectos dessas culturas, lançando

novas leituras, numa perspectiva de uma construção da história dos povos indígenas mais holística. (CANCELA, 2016, p.20)

Mas retornando a esse primeiro olhar sobre os indígenas, essa interpretação do passado, que permeou ao longo dos anos com imagens que ainda nos acompanham nos livros de história sobre o período colonial, moldou o nosso olhar sobre esses povos e criou um sujeito histórico, o “índio”⁴, que foi constantemente repetido nas interpretações sobre esse passado, quanto na sua participação na construção do país. Em seu contato inicial com os portugueses que aqui chegaram com Cabral, foram primeiramente descritos na bela carta de Caminha⁵ e de outros viajantes⁶, que relataram as suas impressões a respeito desses homens e mulheres que encontraram nessa nova terra.

Sobre eles assim se referiu Caminha: “Eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Nas mãos traziam arcos com suas setas.”⁷. É possível observar na descrição dessas visões, olhares ora românticos, eufóricos e edênicos; ora, inquietos, pejorativos e demonizadores.

Atenta-se também para o fato de que as imagens mentais quinhentistas perpassam toda a construção do imaginário da colonização do Brasil e que até hoje serve de fonte de interpretação, que forjam as próprias percepções dessas populações indígenas. A esse respeito, argumenta Manuela Carneiro da Cunha:

É somente a partir da década de 50 que o conhecimento do Brasil se precisará, e agora de maneiras divergentes. Teremos duas linhas divisórias básicas: uma que passa entre autores ibéricos, ligados diretamente à colonização - missionários, administradores, moradores - e autores não ibéricos ligados ao

⁴, Índio, assim nomeados por Cristóvão Colombo, que achando que chegara ao Oriente, quando aportou nas ilhas das Caraíbas (Antilhas), decidira chamá-los. SILVA, Giovani José da, Histórias e Culturas Indígenas na Educação básica /Giovani José e Anna Maria Ribeiro F. M. da Costa -1ed.- Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. - Coleção práticas docentes. p.12

⁵ A carta escrita por Pero Vaz de Caminha a El-Rei Dom Manuel, é considerada o primeiro escrito sobre a história do Brasil, quando os portugueses aqui aportaram. Ficou inédita por mais de dois séculos, no arquivo nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, e foi descoberta em 1773 por José de Seabra da Silva e publicada pelo historiador Manuel Aires de Casal em 1817. Fundação Joaquim Nabuco: <http://basilio.fundaj.gov.br>, acessada em 02 de maio de 2019

⁶ Pessoas de diferentes sexos (mas a maioria do sexo masculino) de classes sociais variadas, profissão e formação intelectual diversificada, que descreveram aspectos do Brasil, através de crônicas, relatos de viagem, correspondência, memórias, diários, álbuns de desenhos. A presença e relatos desses viajantes, datam do século XVI. Existem mais de 260 obras, em várias línguas, onde os autores falam dos habitantes, vida social, usos e costumes, fauna, flora e outros aspectos da antiga colônia portuguesa, principalmente durante o século XIX. Fundação Joaquim Nabuco: <http://basilio.fundaj.gov.br>, acessada em 02 de maio de 2019

⁷ P.V.Caminha- <http://objdigital.bn.br>, acessada em 02 de maio de 2019

escambo, para quem os índios são matéria de reflexão muito mais que de gestão; a outra que separa, nesse período de intensa luta religiosa, autores usados por protestantes de autores usados por católicos.

Nesta última categoria, temos o detestável, pedante, condescendente e - segundo o huguenote Léry - mentiroso, franciscano André Thévet, que afirma ter visto o que não viu, ter estado onde não esteve e preenche suas lacunas com fastidiosos e desconexos exemplos clássicos para cada uma das instituições descritas (7). Contrapondo-se a Thévet, direta ou indiretamente, temos também dois autores excepcionais que estiveram entre os Tupinambá mais ou menos na mesma época, mas em posições simétricas, um como inimigo destinado a ser comido, outro como aliado: o artilheiro do Hesse, Hans Staden, que viveu prisioneiro dos Tupinambá, e os descreve como inteligência e pragmatismo em livro publicado originalmente em 1557 que conheceu imediato sucesso - quatro edições em um ano -, e o calvinista Jean de Léry que passa alguns meses, em 1557, com os mesmos Tupinambá.” (CUNHA, 1990, p.95-96)

Além desses autores, não podemos deixar de falar sobre os jesuítas e os seus escritos em vários gêneros literários, que também moldaram a nossa percepção sobre os indígenas. Relatos que não possuíam a mesma natureza, como podemos observar nas diferenças entre o padre Anchieta e uma leitura mais direta sobre o catecismo, e o padre Manuel da Nóbrega, que buscou no “Diálogo da Conversão do Gentio”, expor uma visão bem próxima daquilo que presenciava na convivência com os índios, porém sem deixar de lado a visão própria dos missionários, carregada de estranhamento, preconceito e curiosidade sobre esse povo sem fé, sem lei e sem rei. Todavia crédulos, de uma inocência quase infantil, os jesuítas acreditavam que os índios, apesar de não terem lei, fé, e nem um monarca para seguir, podiam ser catequizados, e ao se tornarem devotos à Igreja, se tornariam também súditos. (CUNHA, 1990, p.104-106)

Assim sendo, ao final do século XVI já se tinha uma configuração desse estranho habitante do novo mundo, dividido em dois tipos, devido às diferentes leituras dos viajantes, dos jesuítas e também dos colonos: o manso e o selvagem.

Essas configurações vão perdurar por quase toda a colonização e vão servir, como veremos mais adiante, para justificar a escravização e dizimação das populações indígenas, que

ora apareceram como aliados mansos e ora como selvagens bárbaros que precisam ser combatidos e escravizados, ou em última instância, dizimados.

2.1 O Início da Colonização

Por meio século, como não encontravam elementos que justificassem a exploração do território, em outras palavras, o ouro, a Coroa Portuguesa desinteressou-se de colonizar o Brasil, porém sempre enviava expedições exploratórias à nova colônia, principalmente devido às constantes ameaça representadas pelos franceses. Assim, durante as primeiras décadas após a chegada de Pedro Álvares Cabral, o Brasil praticamente pertenceu ao consórcio formado para explorar o monopólio do pau-brasil, que a cada ano enviava ao menos três expedições à colônia. No instante que a exploração pelos franceses tornou-se mais intensa, aumentando os conhecimentos destes sobre o litoral brasileiro e que os fizeram estabelecer alianças com vários povos indígenas, a Coroa portuguesa, com medo de perder a colônia, resolveu iniciar de fato a ocupação do território. (PARAÍSO, 2011, p.74,75)

Nessa época a relação dos portugueses com as populações indígenas era de alianças para a exploração do território, principalmente para a extração do pau-brasil. Quem habitava essa região era o povo Tupinambá do Tronco Linguístico Tupi-Guarani, que dominava o litoral⁸ brasileiro. Observava-se que estes sabiam lidar com a terra, eram agricultores, desenvolviam horticultura de subsistência alicerçado no cultivo das culturas do milho, batata-doce, e principalmente da mandioca. Nas suas ocupações preferiam as várzeas e os vales arborizados dos grandes rios, pois estes permitiam o cultivo da terra, sem a necessidade de adubação e utilização de instrumentos de ferro, além de favorecer as atividades de coleta e caça. (MAESTRI, 1993, p. 8)

Então, quando aqui desembarcaram, os portugueses defrontaram-se com uma terra habitada pelo povo Tupi da Costa, conhecido pelo nome genérico de Tupinambá, que se dividia em vários grupos locais, e com o qual travaram os seus primeiros contatos. Estes não foram hostis, ao contrário, trabalharam para os portugueses na extração do pau-brasil e de outros produtos, além de os introduzirem no conhecimento da terra, no plantio das culturas, principalmente da mandioca, como também na caça, pesca, no conhecimento das plantas e dos animais, os ensinando a viver num meio desconhecido, com uma natureza e estrutura social

⁸ A ocupação e exploração das terras brasileiras pelos portugueses se iniciaram pelo litoral

bem diferentes da qual viviam no continente europeu. Os indígenas também atuaram na defesa dos portugueses com relação a outros povos indígenas, numa convivência aparentemente pacífica nestes primeiros anos. (MAESTRI,1993, p.8)

Os Tupinambás eram os senhores da Costa, mas havia outros povos. Segundo Berta Ribeiro:

Tupiniquim e Tapuia (ou Tupanases) viviam entre Porto Seguro na Bahia e Espírito Santo. Na mesma região viviam Guaitacaz ou Goitacá, numa estreita faixa do litoral espírito-santense, povo “Tapuia”, espremido entre os Tupi. Esses três grupos lutavam entre si e acabaram deslocando os Tupinambá para o sertão. Do rio Paraíba do sul até Angra dos Reis era domínio Tamoio, que viviam em constante hostilidade com os Terminó, ocupantes do baixo Paraíba. Outro Grupo Tupinambá situava-se em torno da baía da Guanabara. Em São Vicente estavam os Gaianases, também “Tapuia”, ancestrais, segundo alguns autores, dos quais Kaingang, estando-se desde Angra dos Reis até o rio Cananeia, defrontando-se aí com os Carijó, que já eram Guarani e viviam no litoral até a lagoa dos Patos. No litoral rio-grandense viviam os Tape.

Da Bahia para cima, ao norte dos Tupiniquim, habitavam os Caeté, entre o rio São Francisco e o Paraíba do Norte na região pernambucana. Os Tabajara ocupavam a extinta capitania de Itamaracá até o rio Paraíba, bem como os Amoipira, do São Francisco, também filiados aos Tupinambá. Potiguar ou Pintinguara era a designação dos índios Tupi que viviam no território compreendido entre os atuais estados, da Paraíba, Ceará e do Rio Grande do Norte. Seu nome significa “comedores de camarões”. No interior de Pernambuco viviam Os Tupinambá. (RIBEIRO, Berta, 2009, p.20)

Nos séculos XVI e XVII foram os Tupi-Guarani que mais tiveram contato com os portugueses, os franceses e os holandeses. Havia, também, os denominados Tapuia⁹, assim chamados por não pertencerem ao tronco Tupi-Guarani e as suas ramificações, e estarem ligados ao chamado tronco macro-jê. O avanço nas pesquisas demonstrou a existência de outros troncos-linguísticos entre os denominados Tapuia, além do jê. Eram os índios hostis, o

⁹ Para Puttoni a definição de “Tapuia” foi construída a partir dos contatos entre a frente colonizadora e os povos indígenas do litoral e do sertão ao longo dos séculos XVI e XVII, adquirindo a conotação do “outro”, um sentido de alteridade, um inimigo dos princípios cristãos e europeus. Além do mais, relativamente à ideia de “Tapuia” também está representada pela oposição entre o litoral colonizado e o sertão selvagem. Sendo, pois, considerado pelos colonizadores como um verdadeiro “muro do demônio” do sertão. PUNTONI, Pedro. A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão. Nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec-EDUSP; FAPESP, 2002. p. 61-71.

“inimigo”, na alcunha da palavra em tupi, que foi assimilado pelos portugueses para denominar os indígenas que podiam ser escravizados ou exterminados. Como bem afirma Monteiro:

De qualquer modo, o surgimento do binômio Tupi-Tapuia estava bem fundamentado, na medida em que se identificava trajetórias históricas diferentes e formas de organização social distintas, fato este destacado em virtualmente todas as fontes quinhentistas.

Com tais imagens superficiais e incompletas contrastavam as descrições mais elaboradas das sociedades tupi. Como veremos em maiores detalhes, estas diferenças – reais ou imaginárias – despenhariam um papel de relevo nas relações euroindígenas que se desenrolariam depois da chegada dos brancos. (MONTEIRO, 1994, p.20)

Nesses primeiros cinquenta anos, os indígenas foram, sobretudo, parceiros comerciais dos europeus, trocando por foices, machados e facas o pau-brasil, para tintura de tecidos, além de curiosidades exóticas como papagaios e macacos, trocas essas realizadas nas feitorias costeiras que os portugueses construíram antes da efetiva colonização.

Em março de 1532, o rei de Portugal D. João III decidiu empregar no Brasil, devido à ameaça francesa, o processo de Capitânicas Hereditárias, um sistema de colonização que já havia dado certo nos Açores e na Ilha da Madeira. Optou por dividir as terras em 14 capitânicas hereditárias, totalizando 15 lotes que iam do litoral até a linha divisória do Tratado das Tordesilhas¹⁰, doados à figuras importantes da Corte lusitana, que assim tornaram-se responsáveis pela colonização. O pouco interesse despertado na nobreza fez com que as terras fossem concedidas a militares, membros da burocracia estatal e navegadores.

Além das terras, os donatários receberam poderes, isto é, poderiam legislar e controlar tudo em suas terras, menos a arrecadação de impostos reais. Porém, deveriam arcar com todas as despesas da colonização. As capitânicas foram repartidas, levando em conta apenas os acidentes geográficos da costa, e ignorando a divisão territorial estabelecida há séculos pelos diferentes povos indígenas que aqui habitavam, e acima de tudo, desconsiderando se estes eram hostis ou aliados dos portugueses.

¹⁰ Portanto, inicialmente apenas 20% da América do Sul pertenciam a Portugal por este Tratado, que determinava como espanholas as terras situadas além de 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde (sendo uma légua o equivalente a 5,9 km). A linha do Tratado de Tordesilhas coincide com o meridiano a 46° 37' longitude oeste, o qual passa pela atual cidade de São Paulo.

Durante os primeiros anos da colonização, somente duas dessas capitanias vingaram: São Vicente e Pernambuco. A capitania de Pernambuco, ou Nova Lusitana, tinha 60 léguas de extensão, indo do rio Iguaraçu até a foz do São Francisco. A capitania de São Vicente tinha 45 léguas de costa, desde Bertioga até a Ilha do Mel. A capitania da Bahia de Todos os Santos ia da Foz do São Francisco à foz do rio Jaguaribe, na ponta sul da Ilha de Itaparica e foi doada a Francisco Pereira Coutinho, que depois de um naufrágio na ilha, foi morto ritualmente pelos Tupinambá. Segundo Capistrano de Abreu: “A história do Brasil no século XVI elaborou-se em trechos exíguos de Itamaracá, Pernambuco, Bahia, Santo Amaro e S. Vicente, situados nestas cento e noventa e cinco léguas de litoral. (ABREU, 1998, p.52).

O desenvolvimento se deu inicialmente pelo tráfico de escravos indígenas. A captura dos indígenas gerou conflitos entre os colonos e os nativos. Quando os portugueses adotaram a plantação e a instalação dos engenhos da lavoura canavieira, a necessidade do trabalho organizado apareceu, e conseqüentemente, a escravidão dos indígenas, que provocou uma mudança nas relações dos antes aliados. É necessário dizer que a partir desse momento, muda-se a política no trato entre as partes tanto dos colonos quanto dos indígenas. Alguns povos continuaram aliados dos franceses, que seguiam desrespeitando os acordos diplomáticos feitos com a Coroa Portuguesa e prosseguiram traficando o pau-brasil. Por conta das constantes invasões francesas, das desordens internas e das lutas contra os nativos, o inicial sistema de Capitanias Hereditárias mostrou-se “insustentável”.

Foi então que em 1549 foi nomeado um governador geral para as Capitanias, agora não mais independentes. Foram nomeados também, para a organização da administração em mandato, capitães-mores para cada uma das capitanias que tinham sido abandonadas. A Colônia se instalou como tal, mudando a política dos colonizadores, não mais de parceria e escambo, mas de necessidade de mão-de-obra para as empresas coloniais. (ABREU, 1998, p. 56)

Com o início desse processo, as relações entre os indígenas e os agentes coloniais tornam-se complexas. Os indígenas começam uma política de busca de seus próprios interesses e objetivos, a partir da negociação e resistência adaptativa, que se alteravam no decorrer do processo de conquista e colonização.

As transformações que ocorreram a partir da rápida dinâmica da sociedade colonial em sua fase de implementação, eram decisivas para o ordenamento social, que se refletia na construção das leis que regiam a colônia.

As leis que orientavam as relações dos colonos e indígenas iam ao sabor das necessidades, em primeira instância do colonizador. Os mesmos indígenas que hoje eram

aliados, no dia seguinte tornavam-se um empecilho ao crescimento e desenvolvimento da colônia.

2.2 As Guerras Justas

A sociedade colonial que se formou no Brasil só foi possível por meio do repetido aporte de novos materiais internos à própria colônia, a exemplo: a terra, a mão-de-obra escravizada, os minerais preciosos, o cultivo e produção de commodities para exportação e a extração de produtos da floresta. A guerra travada contra os indígenas e a busca pela sua incondicional submissão foi essencial para o estabelecimento da colônia.

Como já vimos, o binômio Tupi/Tapuia colocado por Monteiro, teve um papel importante nas relações entre os indígenas e os colonizadores, principalmente na justificativa das suas ações, diferenciando os que podiam ser convertidos dos que deviam ser escravizados e ou exterminados.

A Coroa Portuguesa, desde a instalação do Governo Geral, como observamos mais acima, adotou uma política dualista em relação aos povos indígenas, estabelecida em 1548, que buscava regulamentar a obtenção de mão-de-obra através da adoção de uma política de alianças e de aldeamentos¹¹, que recaiu inicialmente sobre os indígenas do tronco linguístico Tupi. Estes, ao se aliarem ao colonizador, acabaram contribuindo na consolidação da conquista do litoral e posteriormente na interiorização do território.

Portanto, a política dualista adotada pela Coroa Portuguesa era justificada pela necessidade da presença dos indígenas para combater os inimigos internos e externos. Assim, essa colônia que começava a se estruturar, permitia um amplo ambiente de violência, em que a guerra fazia parte do cotidiano dos seus habitantes. No campo dessas discussões, nos chama atenção João Pacheco de Oliveira para a questão da normalização narrativa dessa violência:

A violência que acompanhava os atos de “conversão” (os “descimentos”, as “tropas de resgate”, as “guerras justas”) só pode ser minimizada e esquecida porque segue – narrativamente – os relatos sobre a antropofagia, os prisioneiros destinados à morte, os ataques e mortes de colonos e a descrição

¹¹ “A prática de “aldear” (reunir em aldeias) determinados povos e grupos indígenas teve papel fundamental na catequese e as povoações resultantes da prática de “aldeamento” dos índios-...” SANTOS, Fabrício Lyrio. *Da Catequese à Civilização: Colonização e Povos Indígenas na Bahia*. Cruz das Almas/BA:UFRB,2014, p.32

do martírio de missionários. Para ser esquecido, o genocídio tem que figurar como uma simples e merecida reação a atos de uma maldade desmedida e inexplicável, que legitimam a hipótese de uma natureza má daquelas populações autóctones, que assim precisariam ser vencidas e subjugadas, para depois poderem ser domesticadas e transformadas. (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016, p. 19)

Como podemos constatar, a realidade da sociedade colonial não era exatamente pacífica. Havia no interior da estrutura hierárquica da colônia, diferenças que distinguiam os livres, os libertos e os escravos. Separações que se entremeavam com as diferenças étnicas, ocupacionais, econômicas e regionais. O gentio manso, o tapuia bárbaro, o negro, o colono. A sociedade colonial nesses moldes exigia a manutenção da ordem social já estabelecida.

Assim sendo, a Guerra Justa afigurou-se como o mais importante dos instrumentos econômicos, pacíficos, jurídicos e teológicos dos conquistadores portugueses, servindo à Coroa, legitimando o extermínio, a submissão e escravização dos povos indígenas e posteriormente dos africanos. (MARQUES, 2014)

Desta forma, o estabelecimento da “Guerra Justa” demonstra como os povos indígenas esquecidos e vitimados pela historiografia tinham uma importância crucial na conquista territorial colonial. Seja como súditos, mão-de-obra, muralha, guerreiros ou escravo. Os diversos povos indígenas tiveram efetiva participação na construção da história do Brasil.

A Coroa Portuguesa reconhecia essa importância dos indígenas para a manutenção, controle e estrutura da colônia, por isso tentava regular, como também coibir, o controle efetivo dos povos indígenas pelos colonos e os religiosos no Brasil.

As Guerras Justas foram utilizadas por todos os governadores gerais da Colônia na segunda metade do século XVII, para lidar especificamente com os indígenas. Na Bahia, é importante analisar o contexto onde ocorria a substituição progressiva da mão-de obra indígena pela africana. Os governadores recorreram a este dispositivo, entre 1650 a 1670, para justificar as entradas, ou seja, a conquista do sertão, além reafirmar a posse de territórios já conquistados. (MARQUES, 2014)

Encontram-se os principais critérios para a decretação da “Guerra Justa” na Lei 10/09/1611. Assim descrita:

DOM FILIPPE, por Graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Faço saber aos que esta Lei virem, que, sendo o Senhor Rei Dom Sebastião, meu Primo, que Deus tem, informado dos modos ilícitos, com que nas partes do Brazil se captivavam os Gentios dellas, e dos grandes inconvenientes, que

disso resultavam, mandou, por uma Lei feita em Evora em 20 de Março do anno de 1570, que se não podessem captivar, por maneira alguma, salvo aquelles, que se fossem tomados em guerra justa, que se fizesse com sua licença, ou do Governador das ditas partes, e os que salteassem os Portuguezes e outros Gentios para os comerem; com declaração, que as pessoas, que pela dita maneira os captivassem, dentro de dous mezes primeiros seguintes, os fizessem escrever nos Livros das Provedorias das mesmas partes, para se poder saber quaes eram os que licitamente foram captivos; e não o fazendo assim, perdessem a acção de os terem por taes, e elles ficassem livres, e todos os mais, que por qualquer outro modo se captivassem. A qual Lei, El-Rei, meu Senhor, que Santa Gloria haja, houve por bem de revogar, por outra, que fez em 11 de Novembro do anno de 1595, pelas causas nella declaradas; e mandou que em nehum caso fossem captivos, salvo aquelles, que se captivassem na guerra, que, por suas Provisões particulares, assignadas por elle, mandasse que se lhes fizesse, havendo por livres aos que por qualquer outra maneira fossem captivos.

E sendo eu informado que com tudo era necessario provêr com differente remedio, mandei, por minha Provisão, passada em 5 de Junho de 1605, que em nenhum caso se podessem os ditos Gentios captivar. (SILVA, José Justino de Andrade e, "Collecção Chronologica da Legislação Portugueza - 1603-1612", Lisboa: Imprensa de J. J. A. Silva, 1854, p.309)

A lei era expressamente monopólio do rei e transmitida aos seus administradores coloniais, ressaltando os casos em que podiam ser decretadas, (guerra, rebelião e levantamento) e ainda, reservando para si a aprovação “das causas”, para somente após averiguação, confirmar o cativo dos índios.

Como podemos observar, as alianças com os indígenas eram muito importantes para a administração da colônia. Reconhecida desde a fundação do Governo Geral, quando já se expressava a necessidade de regular as alianças entre os colonos e indígenas e pôr um fim ao estado de “rebelião” em que estes últimos se encontravam, essa preocupação devia-se ao medo de alianças desses povos com outras nações europeias, principalmente com os franceses, a exemplo do que ocorreu no século XVI, no caso da Confederação dos Tamoios, no Rio de Janeiro e na tentativa frustrada de implementação de uma colônia francesa no Brasil, que ficou conhecida como França Antártica. Outro exemplo de importante aliança foi entre os Holandeses e os Potiguar, que perdurou até a expulsão dos Holandeses de Recife.

A Capitania da Bahia, nesse período, era considerada o centro da colônia e recebia regulamente escravos africanos. Contudo, o trabalho indígena continuava a ser explorado, e a necessidade dessa mão-de-obra era a base do conflito entre os jesuítas e os colonos. Segundo, Manuela Carneiro da Cunha:

Os interesses particulares dos colonos e os da Coroa podiam, portanto, eventualmente estar em conflito na época colonial, e um terceiro ator,

importante, complicava ainda a situação, a saber, a Igreja, ou mais precisamente uma ordem religiosa, a jesuítica. A Igreja, com efeito, não era monolítica, longe disso. À tradicional oposição entre clero secular e clero regular, acrescentava-se a rivalidade entre as diversas ordens, que significativamente eram chamadas de “religiões” no século XVII. O sistema do padroado, em que o rei de Portugal, por delegação papal, exercia várias das atribuições da hierarquia religiosa e arcava também com as suas despesas, conferia um poder excepcional à Coroa em matéria religiosa. Por outro lado, o padroado se justificava pela obrigação imposta à Coroa de evangelizar suas colônias...” (CUNHA, 2012, p.20)

Até a sua revogação, em 1755, a catequese baseada no sistema de aldeamento foi fundamental para a manutenção da colonização, na medida em que fornecia produtos de subsistência, guerreiros e mão-de-obra.

2.3 Os Jesuítas

Passados cinco séculos, o papel desempenhado pelos jesuítas no Brasil Colonial continua imerso em controvérsias, desde 1549, quando desembarcaram na Bahia junto com o primeiro Governador-Geral, Tomé de Souza, até 1759, quando foram expulsos pelo Marques de Pombal. Porém, sem a participação destes, a empresa colonial teria outros rumos. Quais seriam esses? Difícil dizer. Desde o início, a catequese e o processo colonial estiveram juntos. Frente a essa questão, Santos ressalta:

A expansão colonial portuguesa no período moderno não se faz compreender sem atenção à dimensão religiosa que lhe foi concomitante e indissociável. A conversão dos povos nativos das diferentes partes do império ultramarino foi um elemento fundamental e indispensável do expansionismo lusitano. No entanto, embora este fosse um aspecto comum da presença lusitana no alémar, o modo como se organizou a missão em cada parte do império atendeu às suas especificidades e peculiaridades. No Brasil, a missão organizou-se em torno das “aldeias” – povoados onde os índios eram reunidos e preparados para o ingresso na vida cristã por meio da catequese e disciplinamento cotidiano. (SANTOS, 2014, p.31)

Apesar de terem ido de encontro à escravização dos indígenas, a forma que os jesuítas utilizaram para catequizar os índios, em aldeamentos ou missões, resultou numa quantidade grande de óbitos desses povos, devido aos graves surtos de doenças contagiosas. Apesar de combater a escravização, os próprios jesuítas tinham escravos e acreditavam na doutrina aristotélica da servidão natural dos povos inferiores, e para defender os nativos, estimularam o tráfico de africanos.

Os jesuítas buscaram, através da catequese, submeter os indígenas aos rigores do trabalho metódico, aos horários rígidos e à monogamia, além de combaterem a antropofagia e o nomadismo. Assim, acabaram sendo responsáveis pela homogeneização cultural, com algumas perdas na diversidade cultural e acentuação de pequenas diferenças que definem a identidade desses distintos povos, confinados num mesmo espaço, empurrando uns para a extinção, outros para a reconfiguração. Por outro lado, contribuíram para que alguns aspectos da gramática tupi acabassem sendo registrados e preservados.

Assim, a dubiedade das ações jesuíticas no combate à escravização dos indígenas e sua autorização diante de alguns argumentos, podem ser observadas no que nos relata Monteiro:

Um exemplo ilustrativo desta ambivalência é o pensamento do Padre Manoel da Nóbrega, que, entre outros, defendia a escravidão indígena e africana como meio necessário para o desenvolvimento da Colônia, sugerindo certa vez que a condição escrava seria um avanço para a “gentilidade”.

Tais considerações contribuíram diretamente para formulação da lei de 20 de março de 1570, que buscava regulamentar- mas não proibir- o cativo indígena. O novo estatuto considerava os meios considerados legítimos para adquirir cativos, sendo estes restritos à “guerra justa” devidamente autorizada pelo rei ou governador e ao resgate dos índios que enfrentavam a morte nos ritos antropofágicos. Os demais índios, escravizados por outros meios, foram declarados livres. (MONTEIRO, 1998, p.41)

Assim, a presença dos jesuítas no processo de colonização teve um papel de conservação da fé católica frente aos ataques que sofria enquanto principal organismo da Contrarreforma. No entanto, sem suas cartas e relatórios minuciosos, seria ainda mais difícil reconstituir o passado colonial.

As aldeias no Recôncavo ficavam perto das freguesias das futuras vilas, e cumpriam o papel desse tipo de agrupamento: catequização, reserva de mão-de-obra, guerreiros e defesa dos estabelecimentos coloniais. A conquista de novas terras eram também parte dos serviços

prestados pelos indígenas aldeados aos administradores coloniais, como também fornecer alimentos. O descimento dos indígenas para as aldeias, principalmente as do sertão, davam aos administradores a sensação de controle da situação, por apaziguar os conflitos entre os indígenas e colonos. (PUNTONI,2002, p.89)

2.4 A Guerra dos Bárbaros

Essa percepção política da Coroa Portuguesa sobre a terra e a mão-de-obra, e sua política dualista de alianças e guerras com os indígenas, refletiu-se na “Guerra dos bárbaros”, um dos mais terríveis conflitos da história do Brasil, que perdurou por 70 anos e teve o seu início com as Guerras do Recôncavo Baiano- 1651-1679. (PUNTONI,2002 p13)

Na obra de Puntoni, a descrição do que foi a Guerra dos Bárbaros nos mostra que as “Guerras Justas”, impetradas contra as civilizações indígenas que resistiram à expansão colonial para os “sertões”¹², redefiniram as dimensões da colônia, com a conquista de novos espaços e a reafirmação dos já conquistados.

Durante a segunda metade do século XVII e início do século XVIII, a orientação política do Império Português era o extermínio das populações indígenas que já habitavam o sertão, ou que para lá tinham fugido das aldeias ou de outros territórios ocupados. Eram os Tapuia, que para os colonos, sesmeiros, missionários e autoridades da colônia, eram um obstáculo ao processo de interiorização da empresa colonial.

Puntoni, assim, ressalta a mudança na postura política do Império Português, durante a Guerra dos Bárbaros, executada pelos agentes da colônia, que não mais buscavam o descimento e ou escravização e sim “produzir o extermínio das nações indígenas do sertão norte...Estas guerras objetivavam o extermínio total e não a integração ou submissão.” (PUNTONI, 2002, p.17)

Para Perrone-Moisés, é necessário compreendermos que esses processos complexos eram assim formados devido às ações de diversos atores, entre eles: a Coroa Portuguesa, povos

¹² “A expressão Sertão significa uma “região” apartada do mar, e por todas as partes, metida entre terras.”. Desde o século XIV, os portugueses usam “sertão” ou “certão para referir-se a áreas situadas dentro de Portugal, porém distantes de Lisboa, e a partir do século XV, usaram para nomear espaços vastos, interiores, situados dentro das possessões recém – conquistadas ou próximas a elas, sobre os quais pouco ou nada sabiam, “ Sertão” ou “ certão” seria uma deformação da palavra “desertão”, ou a proviria do latim clássico serere, sertaum (traçado, entrelaçado, embrulhado, desertum, lugar desconhecido onde foi o desertor). SANTOS, Solon Natalício Araújo dos. A ocupação do Sertão das Jacobinas in Os índios na História da Bahia. 1º ed. Cruz das Almas –Belo Horizonte: EDUFRB; Fino Traço, 2016. p.43

indígenas, colonos e missionários, e as inúmeras situações que decorreram desses contatos, a exemplo dos aldeamentos, das alianças, das guerras e da escravidão delas decorrentes, num diálogo entre povos muito diferentes entre si, que desembocaram em políticas e legislações específicas da Coroa, para lidar com os indígenas, que iam sendo alternadas de acordo com as necessidades, principalmente dos colonos. (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 129)

Uma fronteira móvel, assim era o “sertão”. Não um espaço dentro de uma região específica, mas um território que se deslocava à medida em que a empresa colonial avançava, sendo povoado ou não. Um lugar diretamente associado aos Tapuia, isto é, aos hostis, aos selvagens.

Essa expansão para o “sertão” atendia a diferentes interesses, mas o principal era a criação de gado, que necessitava de grandes extensões de terra para o seu desenvolvimento. Deve ser levado em consideração também, segundo Perrone:

Todavia, a explicação para essa expansão deve ser buscada nas dificuldades da situação econômica da Colônia, e não em uma dinâmica quase “natural” de crescimento. O período posterior à expulsão dos holandeses do Nordeste, em 1654, foi extremamente difícil para a economia açucareira no Brasil. Expedições ao interior, antes até desencorajadas, passaram agora a receber apoio e mesmo a ser agenciada pelo governo-geral. Ao lado do gado, seguiam as expedições em busca de riquezas, pedras e metais preciosos. (PERRONE-MOISES, 1992, p.126)

Ainda que a chamada Guerra dos Bárbaros tenha se iniciado em 1651, somente a partir de 1654 teve início uma repressão mais organizada aos povos indígenas, pois os recursos e homens para lutar na guerra estavam alocados nos combates em Pernambuco. Encerrados os conflitos contra os holandeses, esses recursos puderam voltar a ser empregados em expedições punitivas a grupos resistentes ao avanço da conquista e fixação do território. Esse conflito com os holandeses, além dos recursos que tiveram que ser disponibilizados nos confrontos, também alterou a produção açucareira do Brasil, levando a uma crise na colônia, que precisava de outras fontes de produção de riqueza.

2.5 O Recôncavo

O Recôncavo, que quer dizer terra ao redor de uma baía, qualquer baía, é uma região que desde o século XVI aparece com destaque nas narrativas de viajantes e cronistas coloniais, que adentravam pelas terras baianas e a ela faziam referência. Privilegiada pela sua topografia, rios e solo próprio à plantação, era um território particularmente cobiçado (NEVES, 2008, p.12), ou como nos coloca Schwartz:

...a área do Recôncavo oferecia ótimas condições geográficas e climáticas para o cultivo da cana-de-açúcar. A região da baía de todos os Santos apresentava índices pluviométricos apropriados e solos excelentes, especialmente o negro e argiloso massapê, ao longo de toda a margem norte e oeste. A própria baía proporcionava condições de transporte e comunicação acessíveis e baratas para os engenhos litorâneos, e constituía-se em um ancoradouro seguro para os navios que transportavam açúcar para a Europa. Tais vantagens foram devidamente apreciadas pela Coroa. (SCHWARTZ,1988, p.43)

A ocupação das terras na Bahia do século XVI, como em outras partes da colônia, ocorreu através do regime sesmarial. Foram criadas poucas capitânicas particulares, que acabaram desaparecendo através da venda, transferência ou alienação. Esse processo não alterou o desenvolvimento da região no século XVII. (SCHWARTZ,1988, p.44)

Foi com o terceiro Governador-geral das terras do Brasil, Mem de Sá -1558/1572, que a conquista e fixação nos territórios ganhou força, especialmente no Recôncavo. Este adotou todos os meios possíveis para consolidar o domínio sobre a colônia: expulsou os invasores franceses, submeteu à força quando necessário todas os povos indígenas que teve contato ou conhecimento, subjugou a maioria dos povos do Recôncavo com a denominada Guerra do Paraguaçu e os reagrupou em povoações controladas pelos jesuítas. A sua administração e o radicalismo de sua atuação foram decisivos para consolidar a presença do Estado português na Colônia. (NEVES, 2008, p.29,30)

Nestas terras divididas em sesmarias, pouco a pouco começaram a se instalar os engenhos, além de plantações de tabaco e mandioca, e ao seu redor a igreja que se formava e que instruía as paróquias, organizações que perduraram no Recôncavo por 200 anos. No final do século XVII, a região dessas paróquias transforma-se em vilas. Gabriel Soares de Souza, em 1587, no Tratado Descritivo do Brasil, escreve que o Recôncavo possuía 36 engenhos, onde eram produzidas cerca de 1750 toneladas de açúcar, e em 1676, havia no Recôncavo 130

engenhos. Para a preservação das plantações, a criação de gado foi incentivada a adentrar pelo interior, seguindo em direção ao sertão.

O avanço da colônia nessa direção faz com que os indígenas que lá habitavam descessem para as freguesias e fazendas, gerando pânico nos moradores. E esses ataques “resultariam em uma série de expedições punitivas que moldariam a dinâmica futura da guerra do “sertão”. (PUNTONI, 2002, p. 44)

A disputa pela posse das terras com o avanço e fixação da indústria açucareira, com a formação das freguesias e os aldeamentos, transformaram-se num problema fundamental. Usou-se da força e de outros subterfúgios para expulsar a população que habitava essas terras tão cobiçadas e próprias para os canaviais.

Schwartz, em Segredos Internos aponta que, assim como em outras regiões costeiras, na Bahia, o relacionamento entre os europeus e os povos indígenas foi em grande medida determinado pela presença portuguesa, sua visão de mundo, seus objetivos econômicos e pela característica de três aspectos básicos: alimentação, defesa e mão-de-obra. (1988, p.44)

O fidalgo genovês Paulo Dias Adorno, ao chegar na região do Recôncavo, se instalou às margens esquerda do Rio Paraguaçu, entre os riachos Pitanga e Caquende, e construiu sua fazenda em homenagem a Nossa Senhora do Rosário, como também a capela, atual Capela da Ajuda. Como estrutura base da época, em torno da paróquia surgiu uma povoação que se desenvolveu rapidamente, em função do florescimento da economia açucareira. Ele então se casa com uma das filhas de Caramuru, assim como outro proeminente fidalgo português, que do mesmo modo instalou uma fazenda na região, Afonso Rodrigues, cujo enlace matrimonial é também com uma indígena descendente do grupo Tupi, filha de Caramuru, e que dominava a região, estabelecendo alianças, algo essencial para o futuro do empreendimento colonial.

O casamento, ao que tudo indica, foi uma importante estratégia para que Adorno e Rodrigues conseguissem se aproximar dos povos indígenas que habitavam esses espaços. Os colonos portugueses muitas vezes se utilizavam desse artifício. Além da transformação inicial da freguesia em vila, o que abordaremos mais à frente, observamos neste momento a formação de outro núcleo populacional: os aldeamentos.

A aliança formada entre Adornos e Rodrigues e os indígenas foi muito importante, pois estes estavam em grande número no território e seus métodos de conquista de espaço foram essenciais no processo da empresa colonial. No final do século XVI, já existiam cerca de cinco engenhos na Região. Em 1563, foi criada a Freguesia, e posteriormente a vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, sendo instalada apenas em 07 de janeiro de 1689, o que nos

faz observar que a criação da vila só se concluiu alguns anos após decretado a fim das batalhas contra os indígenas, em 1679. (SCHWARTZ,1988, p.80-86)

A aliança com os indígenas era muito importante nesse momento, pois permitia o conhecimento e o domínio do território colonial, considerando que ainda era bastante reduzido o número de colonos que viviam na Capitania da Bahia e na colônia. A região ainda estava inteiramente sob o controle dos indígenas, o que em princípio facilitaria o desembarque de tropas inimigas, que poderiam atacar as vilas e interromper o fornecimento da farinha. Assim, o descimento de índios das aldeias facilitava o combate aos inimigos, permitindo aos colonos controlarem o território e protegerem as vilas.

Acima dos aldeamentos e do que viria ser a vila e posteriormente a cidade de Cachoeira em seu desenho atual, viviam animais e indígenas. Devido às características do Rio Paraguaçu, os indígenas continuaram no território até meados do século XVII, o que gerava insegurança nos colonos e constantes ataques, e junto a outros fatores produziram reações das autoridades no combate a esses grupos, e posteriormente a outros povos, no avanço para o sertão, o que dará início à Guerra do Recôncavo.

2.6. A Guerra do Recôncavo

A Guerra do Recôncavo é o início do conflito que, entre 1651 a 1720, ocorreu numa área que corresponderia nos dias atuais ao território que vai da Bahia ao Maranhão. E as primeiras batalhas, como já relatado, se iniciaram no Recôncavo. (PUNTONI,2002, p.13)

Sobre a importância das alianças, havia uma relação complexa entre os diferentes atores da colonização e os indígenas, como nos coloca Perrone- Moisés. Por isso, ao longo do texto ressaltamos os diferentes objetivos que moviam tanto os colonizadores quanto os indígenas. Assim podemos vislumbrar o que acontecia com esses diferentes povos que habitavam as proximidades das freguesias do Recôncavo, os aldeamentos e os sertões da Capitania Bahia, que de aliados passaram a inimigos, ou vice-versa.

Quando se organizava uma expedição à cata do ouro, do salitre ou de outros produtos, em muitos casos os índios contatados desviavam os conquistadores para um grupo inimigo ou os faziam se perder no caminho e nunca chegar ao destino que buscavam. Isto nos revela quanto a colonização podia desestruturar as antigas relações sociais estabelecidas entre grupos indígenas, e como as reorganizava. A exemplo disso são os Payaya, que durante o período das batalhas no Recôncavo, em uma suposta aliança com os portugueses, que a estes recorreram

para os orientar em busca dos hostis, os enganaram durante um bom tempo, fazendo-os dar voltas e voltas sem chegar ao destino, assim relatado por Puntoni:

Apesar de todas essas recomendações e preparativos, a primeira expedição de paulistas contra os índios bárbaros fracassou completamente. Porque, na verdade, como revelou alguns anos mais tarde Souza Freire, os paiaiaises estavam há muitos anos enganando os portugueses, arrogantes ao presumir a ingenuidade de seus inimigos. Na verdade, estando do lado dos rebeldes, estes tapuias teriam preparado uma armadilha contra os paulistas, como provavelmente fizeram com Luís Álvares. Acumpliciados com o “crioulo do padre Antônio Pereira”, eles haviam prometido guiar as tropas para as aldeias dos inimigos, assegurando que “em cinco dias veriam”. Ao invés disso, os levaram “ao redor, por serras ínvias, e montanhas ásperas, sem jamais nunca poderem chegar às ditas aldeias que buscavam. (PUNTONI, 2002, p.104/105)

Sendo um caminho de mão dupla, quando os índios se aliavam ao colonizador, também objetivaram alcançar as suas metas, como por exemplo, utilizar-se dos portugueses para combater inimigos tradicionais ou desviar para esses grupos as pretensões escravagistas dos colonos. Para os colonizadores, as alianças significavam subordinação daqueles à Coroa Portuguesa e, principalmente, a seus interesses em colonizar o território.

Nos diferentes acordos entre as partes, as alianças consistiam em táticas de dominação que passavam pelo estabelecimento de relações comerciais e de alianças políticas, cujos termos de reciprocidade nem sempre eram respeitados pelos portugueses e também pelos indígenas.

Isso não diminui a importância da formação de alianças com os indígenas, principalmente no avanço pelo território, uma vez que estes seriam os guias que auxiliaram a encontrar as localidades e com os quais contavam enquanto combatentes nas jornadas que deveriam destruir os grupos que atacavam as freguesias do Recôncavo.

Deste modo, podemos observar que a utilização da “guerra justa” como base na prática das alianças, resultou numa constante disputa entre indígenas de diferentes povos, configurando-se também numa forma de regular a própria política de alianças e assim, o modo de obtenção de mão-de-obra indígena, as quais tiveram um importante papel no desenrolar da conquista.

Assim, vemos que os indígenas tiveram para os colonizadores importantes papéis: guerreiros, informantes e povoadores. Estes papéis, claro, só eram bem desempenhados quando as alianças eram bem urdidadas e favoreciam aos interesses de todos. Se por um lado, o

povoamento e controle do território por grupos aliados favoreciam aos projetos coloniais, também esses indígenas podiam garantir vantagens, como ter acesso aos produtos europeus, a aliados para suas guerras aos inimigos, além de deter o desejo escravagista dos agentes coloniais contra seu povo.

Portanto, podemos aferir que os diferentes povos indígenas tiveram participação extremamente importante na Guerra do Recôncavo e em seus desdobramentos. Que apesar das alianças e acordos entre as partes, a guerra resultou catastrófica para os indígenas, não só para os hostis ou inimigos, mas para os considerados aliados também. Porém, o extermínio gerado pelos conflitos apontaram formas de continuidade, através da negociação e resistência dos grupos étnicos sobreviventes. Restavam aos Tapuia determinadas estratégias de sobrevivência, que se alternavam entre colaboração militar, resistência sem revolta, como também estratégias de mediação, mestiçagem, adaptação, negociação e construção de novas identidades e formas sociais. (POMPA, 2003, p. 21)

2.7 As Batalhas decisivas

Os primeiros relatos de invasões dos Tapuia às plantações e povoamentos do Recôncavo datam desde 1612, no distrito de Capanema, na freguesia de Paraguaçu, e por volta de 1621 nos campos do Aporá, com morte de moradores e guardadores de gado. Esses ataques geraram pânico na região, e como consequência, o despovoamento, o que afetava os planos de colonização e a produção de mantimentos para a cidade e as tropas. Sobre essas batalhas, Puntoni descreve na Guerra dos Bárbaros:

Em 1627, a situação era de tal gravidade que se reuniram em junto o governador-geral, Antônio Teles da Silva, e as primeiras autoridades do Estado do Brasil para tirar uma solução para o levantamento dos indígenas nos limites da cidade em Jaguaribe e Paraguaçu. Coadunados com alguns negros, os índios haviam atacado alguns engenhos nestas freguesias e os currais de gado dos campos Aporá, causando grande dano aos moradores e às fazendas. Despovoava-se, assim, a região, o que afetava os planos de colonização e a produção de mantimentos para a cidade e as tropas. A junta que se reunia seguindo a resolução da lei de 1611, resolveu declarar guerra aos tapuias, considerando-a justa. No entanto, de acordo com Taunay, os resultados da

reunião foram pouco práticos e por muitos anos aos moradores continuou cabendo o ônus de viver na fronteira. ” (PUNTONI, 2002, p.91)

Neste período, a guerra contra os Holandeses ocupava toda a atenção do Governo-geral, e só com a expulsão destes do Nordeste se iniciaram os combates aos que resistiam à colonização. Durante 24 anos, os holandeses habitaram 19 capitanias, e de antigos parceiros comercial da colônia, tornaram-se inimigos, principalmente no período em que a Espanha se apoderou do Trono Luso. Os holandeses travavam contra a Espanha, seu inimigo ancestral, uma luta pela independência, e invadir o Brasil era unir o útil do lucro do açúcar ao agradável da vingança contra a Espanha (lembramos que o reino de Portugal ficou unido à Espanha até 1640). Os Holandeses foram expulsos de vez do Nordeste por volta de 1661, depois de várias batalhas, principalmente travadas em Recife, mas também receberam uma compensação em dinheiro. A derrota e a compensação financeira fizeram com que a Holanda abdicasse oficialmente de suas pretensões no Nordeste. (MELLO, 2010, p.270)

Ao fim da guerra Luso-Holandesa, a administração colonial se voltou contra os indígenas hostis. Tal perseguição alcançou tamanha dimensão, que os colonos e autoridades deixaram de lado os ataques ao Quilombo de Palmares para concentrar os esforços contra os indígenas.

Por volta de 1651, na Serra do Orobó, foi organizada a primeira expedição para combater os Tapuia, liderada pelo sargento-mor Diogo de Oliveira Serpa. O governador-geral na época, Francisco Barreto de Meneses, enviou duas companhias para reprimir os “bárbaros”. As tropas enviadas pela Coroa eram compostas de índios, ou seja, metade dos homens que compunham o exército português era de indígenas aliados, vindos dos aldeamentos ou como parte das alianças por esses firmados. Para aumentar o regimento, também foram convocados condenados, vadios e degredados, com a promessa de perdão para aqueles que participassem dos combates. Nessas entradas organizadas para combater os Tapuia, as tropas tinham ordens expressas para saírem de Cachoeira, como nos coloca Puntoni:

Segundo regimento da jornada, deveriam todos partir da Cachoeira (no Paraguaçu), onde se reuniriam, e avançar pelo sertão em busca das aldeias dos tapuias rebeldes, fazendo as pazes com os que concordassem em se submeter e arrasando aos inimigos renitentes. (PUNTONI, 2002, p.95)

Puntoni descreve também na Guerra dos Bárbaros, que relatos afirmavam que entre 1651 e 1656 houve várias jornadas contra os Tapuia rebelados, que ameaçavam o Recôncavo Baiano, atacando as freguesias de Paraguaçu, Jaguaripe e Cachoeira. Entre 1657 e 1659 ocorre a guerra do Orobó, no médio Paraguaçu. (2002, p. 91-95)

Contudo, estes combatentes do lado português não conseguiam derrotar a enorme resistência oferecida pelos Tapuia. E em 1675, o governador-geral escreve ao capitão-mor da capitania de São Vicente, para acertar um contrato com paulistas - conhecidos como bandeirantes. Estava convencido de que somente estes homens experientes no combate aos indígenas poderiam trazer paz à região. As táticas utilizadas pelos indígenas, de guerrilhas e emboscadas, até então desconhecida dos portugueses, deixavam os colonos sem capacidade de reação, pois nunca sabiam como e quando os índios iriam atacar.

De fato, eram dois mundos em choque. A Guerra dos Bárbaros era diferente da noção que os portugueses tinham de batalha, pois os indígenas não formavam exércitos, nem guerreavam como os europeus estavam acostumados, em batalhas campais. As investidas do inimigo eram irregulares, ora estavam juntos, ora divididos em pequenos grupos. O domínio do território pelos nativos lhes dava vantagens, e criava um clima de pânico entre os colonos, alguns inclusive ameaçando abandonar suas terras, o que de fato aconteceu. E quando o abandono era concretizado, essas propriedades (engenhos, igrejas e aldeamentos) podiam ser repovoadas por indígenas, o que dificultaria a soberania da região e controle da colônia.

Podemos observar que no processo de conquista e expansão colonial portuguesa na América, houve uma permanente preocupação com a segurança do território, e para efetivar a dominação e permitir um melhor desempenho do lucro colonial, foi necessária a mobilização do maior número possível de agentes, através da construção de alianças, uma vez que o território visado era enorme e a população nativa imensamente superior aos colonos.

O comportamento considerado “selvagem” dos inimigos agravava a sensação de medo. Seus ataques súbitos, algumas vezes emitindo sons e fazendo gestos para provocarem terror e espanto, causavam bastante efeito, numa população que já os considerava bárbaros.

As estratégias de combate, algumas vezes frustradas, devido às derrotas do exército português e alianças quebradas com aparentes colaboradores Tapuia, a exemplo dos Payaya, davam aos colonos e autoridades um sentimento de urgência para vencer e exterminar o inimigo.

Em 1674, com a Batalha do São Francisco, teve lugar uma expedição com um formato diferente das outras, pois se organizou não a partir de uma convocação do governador-geral do Brasil, mas sim a partir da resolução de Francisco Dias d'Ávila, senhor da Casa da Torre. Ele propôs ao então governador-geral, Visconde de Barbacena, a disponibilização de cem homens

para combater os indígenas. Foram combates bastantes violentos, com vitórias e derrotas de ambos os lados.

Com ordens trazidas diretamente de Lisboa para exterminar os inimigos, pondo fim aos 30 anos de um longo conflito e trazendo a tão almejada paz e estabilidade à região do Recôncavo, por volta de 1678, o governador-geral Roque da Costa Barreto buscou pôr fim às batalhas. Porém, ao tomar conhecimento de que estas eram fruto da reação dos indígenas aos ataques dos colonos, imediatamente relatou à Corte. Também tomou conhecimento de quem era o responsável por insuflar as ações de ataques dos colonos: o capitão-mor dos paulistas, Estevão Ribeirão Parente. Interessado na captura e escravização dos indígenas na região, tinha sido nomeado governador de todo o gentio pelo próprio governador-geral, até que se finalizam os conflitos.

Porém, os interesses na preservação das propriedades e do lucro que gerava a escravização dos gentios, falaram mais alto. Os relatos do governador-geral não surtiram tanto efeito e o inimigo bárbaro foi combatido até a sua extinção na região, pelo bem e estabilidade da colônia. (PUNTONI, 2002, p.122)

Com a estabilidade da região, quando se decretou que finalmente o Recôncavo estava em paz, vimos após alguns anos a elevação da condição de freguesia para vila Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, em 1689. Nas pesquisas, encontramos outras datas, a exemplo de 1699, colocado por Puntoni, mas adotamos como referência a do texto de Schwartz.

A violência impetrada contra os povos indígenas na Guerra do Recôncavo e o avanço para o sertão das jacobinas, início do que foi denominada Guerra dos Bárbaros, provocou uma reconfiguração da colônia para todos os atores envolvidos, os considerados vencedores e os vencidos, importantíssimo para o avanço da empresa colonial.

A região da Bahia para a qual avançava a colônia, conhecida como sertão das jacobinas, era habitada pelos denominados Tapuia. Por serem muitos diversos, apesar das leituras que fiz, não consegui estabelecer um conhecimento mais aprofundado destes povos. Nos livros, documentos, artigos e dissertações que tive acesso, o que se tiveram maior número de referências foram os Payaya e Kariri. Encontrei também citações dos considerados Tapuia, que são: Sapoia, Tocós, Sapuyás, Moritises, Maracás, Secaquirinhens, Cacherinhens, Caimbés, Pankararu, Ocren, Oris, Tamaquins, Tupinaês, Araquenens, Anaiós e Topins e alguns Tupis, mais especificamente os Tupinambás, no século XVII. Como podemos observar nesse trecho da Guerra dos Bárbaros a respeito desses habitantes:

O nome de um grupo teve destaque na documentação que relata as guerras de conquista do sertão do Paraguaçu: os paiaaiás. Havia inúmeras comunidades indígenas nessa área, alguns tupis - tupinambás que viviam próximo ao litoral e os tupinaês que ali buscaram refúgio depois de terem sido expulsos pelos tupinambás das bordas da Baía de Todos os Santos – e os subgrupos kiriris: - sapuyás, payayás e os maracás (provavelmente um subgrupo payayá que vivia ao sul do Paraguaçu) - que se localizavam mais para dentro do continente. Apesar de permanecerem localizados no interior do continente no século XVI, esses grupos costumavam se deslocar para o litoral no verão, onde realizavam seus “rituais”. (Puntoni, 2002, p. 45)

Assim como pudemos observar, conforme os portugueses progrediam no processo de colonização, as alianças bélicas com os indígenas tornaram-se extremamente úteis na administração da colônia, em razão da demanda por escravos indígenas. Já o trabalho dos indígenas adaptados ao sistema colonial como soldados foi útil durante quase todo o período colonial, pois a guerra se fazia imprescindível, não somente em sua forma ofensiva, visto que as necessidades econômicas a faziam avançar na conquista de novos espaços, mas também na defensiva, quando os índios hostis ameaçavam a posse portuguesa, mesmo que de forma reativa. A colônia viveu em constante estado de guerra, pelo menos até o fim do século XVIII.

Além da mortandade dos grupos considerados hostis, a guerra provocou a diáspora dos sobreviventes, como também a reconfiguração das suas identidades. Por isso, a uma primeira vista não detectamos a presença indígena em diversas regiões do Nordeste em que um dia, habitaram, a exemplo de Cachoeira e São Félix, no Recôncavo. A presença de povos indígenas é mais fortemente detectada pelos não indígenas em locais como o sul da Bahia, mais precisamente em Santa Cruz de Cabrália, Porto Seguro e Caraíva, e mais expressivamente na Amazônia e nos estados do Norte, onde a colonização levou mais tempo para chegar, ao contrário do litoral e do sertão. Também até pouco tempo não conseguíamos detectar a sua presença registrada na história do Brasil, como autores e coautores de suas narrativas.

Portanto, a construção de uma imagem do indígena de forma pejorativa serviu como justificativa para a catequese, a escravidão e em última instância, o extermínio. A caracterização com base nessas imagens depreciativas transcorreu todo o período colonial, aprofundou-se no monárquico e estabeleceu-se no republicano.

3.Dimensão educativa e produção do paradidático.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que determinou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), ganhou bastante espaço nas escolas a partir dos anos 90 do século XX, o que possibilitou uma significativa mudança na construção dos livros didáticos e paradidáticos. Os paradidáticos ganharam um importante espaço como complementação e algumas vezes como aprofundamento de conceitos que não foram abordados no livro didático, mas que são imprescindíveis numa sociedade diversa como a brasileira, na qual a maioria das escolas das diferentes regiões adotam o mesmo livro, dificultando a abordagem da história local de cada município. Nesse sentido, o livro paradidático serve como uma importante ferramenta pedagógica, sendo de grande relevância o investimento nesse tipo de material.

Com o advento da Lei 11.645/2008, que substituiu a Lei 10.639/2003, que alterava a Lei 9.394/1996 e definiu as diretrizes e bases da educação nacional, incluindo no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira e indígena”, houve conseqüentemente uma revisão nas narrativas presentes nos livros didáticos, buscando inserir esse tema numa abordagem menos secundária e menos inadequada sobre a participação dos povos indígenas na História do Brasil, como normalmente tem sido representado nas narrativas tradicionais.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que atende às escolas públicas de educação básica em todo território nacional, disponibilizando livros didáticos de forma gratuita para as instituições de Educação Infantil, Ensino Fundamental (anos iniciais e finais) e Ensino Médio, se iniciou em 1985, e desde então essa política educacional de responsabilidade do Ministério da Educação- MEC é gerenciada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), ao qual todas as Secretarias Estaduais e Municipais de educação aderem, através do sistema de PDDE interativo, que formaliza a adesão ao programa através dos Secretários de Educação de cada município.

A escolha do Livro Didático pelo PNLD passa por critérios de avaliação e diferentes programas, e é papel dos professores, que juntamente com os estudantes, são os grandes beneficiários do material avalizado pelos técnicos responsáveis. (MANTOVANI, 2009, p.14)

E o que é Livro Didático? Como nos coloca Mantovani em sua dissertação, é:

Em nosso trabalho, esse material terá a definição de Richaudeau (1979, p.5 apud OLIVEIRA; GUIMARÃES e BOMÊNRY, 1984, p. 11): “o livro didático

será entendido como um material impresso, estruturado, destinado ou adequado a ser utilizado num processo de aprendizagem ou formação”.

Durante muito tempo, o livro didático foi entendido como uma produção cultural menor, e, por conta disso era desconsiderado por bibliógrafos educadores e intelectuais de vários setores. Nas últimas décadas, porém, a análise do livro didático foi ampliada, tendo sido destacados os aspectos educativos e o papel desse material na escola contemporânea, essa discussão e também feita por Bittencourt (2004) ... (MANTOVANI, 2009, p.16)

Apesar das críticas que recebe de diversos setores da sociedade, e que provocam debates em escolas, encontros acadêmicos, artigos de jornais, envolvendo diferentes atores, o livro didático ainda é considerado um instrumento de ensino fundamental no processo de escolarização (BITTECOURT, 2004b)

Por isso, entendemos que para além do aspecto econômico e pedagógico e das críticas que sucinta, o livro didático é um importante instrumento para comunicar, produzir e transmitir o conhecimento até os dias de hoje. (MANTOVANI, 2009 p. 20)

Assim, observando a importância que o livro didático tem para a comunidade escolar, vemos como um melhoramento a obrigatoriedade de inclusão, a partir do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2011, em referência a Lei 11.645/2008, de questões referentes à cultura afro-brasileira e indígenas ligadas às disciplinas de língua portuguesa e história. Não podemos deixar de constatar os avanços, desde então, na elaboração destes conteúdos nos livros didáticos e paradidáticos, com informações e representações que ao serem veiculadas, levam a reflexões sobre os povos originários, motiva debates, incita à revisão do que estava inapropriadamente descrito ou deformado por pontos de vistas preconceituosos, e validados em diferentes concepções e matrizes teóricas. Ou seja, induz à pesquisa e à busca de novos conhecimentos, modificando e ressignificando as leituras tradicionais consagradas, que reduziam a participação dos povos indígenas ou os silenciavam como sujeitos construtores de sua própria história. (FANELLI, 2018, p. 14 -16)

Portanto, por ser um importante e necessário complemento ao livro didático, escolhemos a elaboração de um Paradidático para ser apresentado como produto final do Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas.

O estímulo para produção do Paradidático sobre a “Guerra do Recôncavo” nasceu das reflexões provocadas nas aulas de Política, Teorias e Experiências Curriculares na Educação, História dos Povos Indígenas no Brasil e Metodologia da Pesquisa e da Produção de Materiais

didáticos. Nestes encontros, as discussões e análises sobre currículo, material didático, assim como as pesquisas e revisões historiográficas sobre as populações indígenas, me ajudaram a descolonizar o meu olhar e a ter contato com diferentes narrativas.

Dentro da minha pesquisa, achei que seria interessante a elaboração de um produto final que abordasse o tema específico da Guerra do Recôncavo, adaptado à linguagem dos estudantes do ensino fundamental. Busquei adaptar ao vocabulário dos estudantes do fundamental II este importante acontecimento, que influenciou na formação da vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, que viriam a ser as cidades de Cachoeira e São Félix.

Com base em pesquisas e revisões bibliográficas sobre o tema, observamos que a ausência ou silenciamento das populações indígenas na história da região do Recôncavo pode ter como resposta a Guerra do Recôncavo, pois os conflitos, que duraram 30 anos, tiveram como consequências as fugas para o sertão ou extermínio da maioria dos povos. A conquista do território só foi de fato consolidada quando os colonizadores fundaram as vilas, como no caso da Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, e com o aumento dos engenhos e fazendas que surgiram antes da fundação da vila, e que conduziram a empresa colonial desenvolvida no Recôncavo em torno da cultura do açúcar e do fumo, impulsionando o desenvolvimento da capitania da Bahia. (AZEVEDO, 2011, p. 208-210)

A inclusão das histórias locais no conteúdo didático da disciplina de história tem aumentando nos últimos anos, caracterizando um reconhecimento da importância dessas narrativas na valorização do cotidiano dos sujeitos que habitaram e que habitam a região. Bittencourt coloca que:

A história local tem sido indicada como necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre nos vários espaços de convivência – escola, comunidade, trabalho e lazer -, e igualmente por situar os problemas significativos da história do presente. (BITTENCOURT, 2012, p.168)

A produção de livros didáticos e paradidáticos com linguagem voltada para os estudantes da educação básica, têm nos mestrados profissionais, principalmente de história, importantes espaços, aproveitados para se escrever sobre história local, possibilitando a produção de materiais que podem auxiliar no aprendizado dos estudantes, não só com elementos textuais como didáticos e os paradidáticos, mas também filmes, documentários, jogos,

quadrinhos, uma variedade de produtos e linguagens que podem complementar a assimilação de conceitos pelos estudantes durante seu processo de aprendizado.

A elaboração desses produtos é um desafio para nós, mestrandos, principalmente aos que, como eu, não possuem a prática da sala de aula, nem possuíam, no momento do ingresso no mestrado, o conhecimento sobre a linguagem adequada à cada faixa etária, técnicas de diagramação, filmagem, produção e edição de documentários, nem de como elaborar jogos educativos, o que traz muitos desafios para a conclusão deste produto. Outro desafio é fazer com que o resultado tenha a qualidade que se espera de tal instrumento pedagógico, isto é, construído com os métodos necessários para assegurar um conteúdo informativo, cujos conceitos neles contidos cheguem aos estudantes numa linguagem acessível, e que despertem o interesse em se aprofundar nos assuntos abordados.

Assim, os cursos de mestrado profissionais são importantes intercâmbios entre a pesquisa e as práticas escolares, principalmente o mestrado profissional em história, cursado em sua maioria por professores que tem familiaridade com esse universo e sabem bem das necessidades do dia a dia em sala de aula, aplicando em seus produtos possíveis soluções à lacunas detectadas em suas práticas educacionais. Ou, como nos coloca em seu artigo o professor Almeida:

.....espera-se de tais cursos maior intercâmbio com a sociedade em geral, e com o setor produtivo em particular, por meio do conhecimento aplicável à solução de problemas. Daí os mestrados profissionais terem duas diferenças em relação aos mestrados acadêmicos: a possibilidade de contar com não doutores de reconhecido mérito profissional em seu corpo docente e, principalmente, o trabalho final ser apresentado em modalidades distintas da dissertação. (ALMEIDA, 2016, p.222)

Este intercâmbio entre o que é produzido nas universidades e o ambiente escolar pode ajudar no enfrentamento de um problema não tão atual, mas que vem se agravando em particular nas escolas públicas: a falta de motivação dos estudantes em relação às aulas. Podemos observar que as transformações socioeconômicas, políticas, tecnológicas, num momento tão complexo como a adolescência, levam às salas de aula estudantes cheios de efervescências e expectativas.

Propiciar, no ambiente pedagógico ou fora dele, algum entusiasmo no processo de aprendizado, é de suma importância, para que se desperte nos estudantes o interesse pelo

conhecimento, o que já vem sendo experienciado através desses produtos, frutos do diálogo entre o que é produzido nas pesquisas e a prática em sala de aula.

O ambiente de aprendizado deve ser um lugar de fascinação e inventividade, segundo Assman (1998, p.241). Um local que proporcione entusiasmo, de modo que o processo de aprender aconteça com uma mistura de todos os sentidos e sem inibição. Onde se busque o prazer de aprender. E os produtos, em suas diferentes linguagens e formatos, elaborados nos mestrados profissionais, vêm como possíveis soluções para algumas destas lacunas ou dificuldades enfrentadas pelos docentes na prática diária do seu exercício.

Trabalhar os conceitos da história local no ambiente geográfico e histórico onde os fatos narrados aconteceram, oferecendo diferentes linguagens como música, teatro, leitura de obras sobre a história local, tendo os professores como mediadores dessa aprendizagem, torna o ensino mais atrativo, prazeroso, relacionando-o ao dia a dia do estudante. Assim, essas diferentes linguagens vêm se constituindo em uma poderosa ferramenta, permitindo que os conceitos históricos sejam passados de modo crítico e criativo,

A elaboração do paradidático “*A guerra do Recôncavo: Violência e colonização na Bahia*”, constituiu-se, enquanto possibilidade, dentro do limite do que nos é possível a nível de investigação, de interpretação e adaptação do que já foi produzido até o momento sobre o tema, a exemplo do livro de Pedro Puntoni (2002), para a linguagem de um público específico, isto é, estudantes do fundamental II. Buscamos levar a estes estudantes a história dos povos indígenas brasileiros através de uma perspectiva local, observando a história da região em que estes alunos habitam, as cidades de Cachoeira e São Félix, antes habitadas por diversos povos indígenas, cuja presença nos dias atuais não é mais notada devido à violência da ocupação territorial estabelecida durante a colonização do estado da Bahia, que expulsou, escravizou ou exterminou essas populações.

Mesmo com os avanços e com a inclusão da temática indígena em todos os níveis de ensino, a produção, nos mestrados de história, de produtos voltados para esse tema ainda tem um longo caminho a percorrer, a fim de garantir às escolas conteúdos sobre literatura, artes, história e culturas de origem africana ou indígenas, ampliando o conhecimento histórico dentro do regional e local. Por isso, é necessária a dedicação, por parte dos educadores, aos estudos, às pesquisas e à reflexão sobre a diversidade étnica e cultural que existe no Brasil.

3.1 Percurso Teórico-metodológico

Quando definimos o método de pesquisa, buscamos encontrar os caminhos, os instrumentos, os procedimentos que devem ser adotados ao fazermos uma pesquisa acadêmica. Esta escolha é essencial para que esse percurso nos leve a evoluir no tema a ser pesquisado, o que dará sentido a tudo o que será produzido de forma efetiva e dentro dos rigores exigido em uma pesquisa, proporcionando os meios de controle e verificação no processo de produção de conhecimento.

O método de pesquisa utilizado para embasar a elaboração do Paradidático “*A Guerra do Recôncavo: Violência e Colonização na Bahia*” foi a bibliográfica, através da investigação do material teórico já produzido sobre as Guerras dos Bárbaros, mais especificamente o seu início no Recôncavo, bem como a fundação da vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, em 1689, e a posterior abertura para o sertão, haja visto que todas as expedições para o sertão baiano partiram da vila de Cachoeira.

Buscamos os elementos na bibliografia sobre o tema para responder ao questionamento da pesquisa: o porquê do desaparecimento ou silenciamento dos povos indígenas no Recôncavo, principalmente nas cidades de Cachoeira e São Félix. Pois, não vemos, como em outras regiões, espaços ocupados ou solicitação de demarcação de terras, nem identificamos num primeiro olhar, a presença desses que habitavam em grande número essa região.

Considerada o passo inicial na construção efetiva de um processo de investigação, a pesquisa bibliográfica foi escolhida como o percurso metodológico a ser trilhado para a elaboração do produto final do mestrado, pois observamos que para o tema que escolhemos como objeto de pesquisa, este era o método mais apropriado para responder aos questionamentos durante o processo de estudo. Nos alicerçamos na revisão bibliográfica do tema, examinando o material já produzido em livros, artigos e dissertações, compilando as informações, ideias, suposições e adequando-as à linguagem do público-alvo, que são os estudantes do Fundamental II.

Para responder sobre o silenciamento dos povos indígenas na região do Recôncavo, adotamos como hipótese a guerra contra esses povos e suas prováveis consequências, que seriam a expulsão e em grande medida o extermínio destas populações. Guerra esta que ficou conhecida como a Guerra dos Bárbaros, mais especificamente a Guerra do Recôncavo, que ficou estabelecido como sendo o início destes conflitos. O Paradidático narra as batalhas ocorridas durante 30 anos no território, e que resultaram no extermínio, expulsão e

reconfiguração das identidades dos indígenas que habitavam a região, como também a fundação da Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira e a expansão colonial para o sertão.

Observamos também, que para elaborarmos um paradidático, devemos pensar o contexto dos espaços de aprendizagem, entendermos a dinâmica com que as informações têm circulado e os diferentes veículos que facilitam e conduzem a disseminação de conhecimentos por condutores cada vez mais diversificados. Para a produção desse material, coletamos algumas produções que abordavam, direta ou indiretamente, a temática da Guerra do Recôncavo, a exemplo de: A Guerra dos Bárbaros, de Puntoni (2002), Negros da Terra, de John Monteiro (1994), o artigo “ A Guerra dos Bárbaros”, publicado na revista da UFJF, de Leonardo Dias (2001), as dissertações de mestrado de Solon Natalício (2011), Friedrich Câmara Siering (2008), Juliana Brainer (2008), e de doutorado de Juliana Fujimoto(2016), Maria Idalina da Cruz (2004) e Jaqueline Lourenço e o artigo: Do índio gentil ao índio bárbaro, de Guida Marque (2014), entre outros.

Neste sentido, o produto final é o resultado de muita pesquisa sobre o tema, em uma linguagem direcionada a esses estudantes do nível básico, apresentando-lhes um acontecimento histórico muito importante para a fundação da vila e posteriormente das cidades de Cachoeira e São Félix, além da consolidação do espaço colonial da Bahia, que precisava da fixação dos colonos nas terras. Para isto fez-se necessário a expulsão dos antigos habitantes de forma definitiva, a partir das guerras e conquistas do Recôncavo e abertura para sertão.

Como já colocado, o desenvolvimento da pesquisa que resultou na produção do Paradidático sobre a “Guerra do Recôncavo, nasceu das reflexões provocadas nas aulas de Política, Teorias e Experiências Curriculares na Educação, História dos Povos Indígenas no Brasil e Metodologia da Pesquisa e da Produção de Materiais didáticos. Nestes encontros, as discussões e análises sobre currículo, material didático, assim como as pesquisas e revisões historiográficas sobre as populações indígenas, forneceram um direcionamento de como estava sendo feita a abordagem sobre os povos indígenas da região nos materiais trabalhados em sala de aula, nas escolas de Cachoeira e São Félix.

O formato escolhido para o paradidático foi o impresso, por ainda ser o recurso didático mais utilizado nas escolas, além do fato de nem todos os estudantes do Fundamental II terem acesso a notebook, tablet, celular, ou mesmo internet, para que possam acessar livros digitais.

3.2 Produção do Paradidático

A produção do Paradidático sobre a “Guerra do Recôncavo”, nasceu das reflexões provocadas nas aulas de Política, Teorias e Experiências Curriculares na Educação, História dos Povos Indígenas no Brasil e Metodologia da Pesquisa e da Produção de Materiais didáticos.

Com base na minha pesquisa, observei no material produzido a relevância em abordar a Guerra do Recôncavo, adaptado à linguagem dos estudantes do ensino fundamental II. Busquei adaptar ao vocabulário deste grupo, através de leituras de livros paradidáticos direcionados a essa faixa etária a exemplo: Machado de Assis Conto de Escola, Robin Hood, observei que nos paradidáticos indicados por colégios particulares a que tive acesso, Sacramentina e Isba não havia no currículo indicação de livros paradidáticos sobre povos indígenas. Utilizei também para melhor embasar o paradidático, conversas com meus sobrinhos Mathias e Ana Maria que são da faixa etária ao qual o paradidático se dirige.

“*A Guerra do Recôncavo: Violência e Colonização na Bahia*”, narra as batalhas ocorridas durante 30 anos no território, a hipótese da guerra contra esses povos e suas prováveis consequências, que seriam a expulsão e em grande medida o extermínio destas populações, e reconfiguração das identidades dos indígenas que sobreviveram, utilizamos este tópico no paradidático para responder sobre o silenciamento dos povos indígenas na região, como também a fundação da Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira e a expansão colonial para o sertão.

Além da pesquisa bibliográfica, levantei também informações sobre o tema, através de conversas informais com os professores e um diretor, em duas escolas de Cachoeira, o Colégio Central de Cachoeira (antes da reformulação que retirou o ensino fundamental do colégio) e Edvaldo Brandão, nestas interações abordei questões sobre o ensino de história sobre os povos indígenas, a formação destes docentes e o material didático. Responderam duas professoras de história do fundamental II, uma de cada escola e o diretor do Central de Cachoeira, as respostas deram também um norte sobre os conceitos que estão sendo trabalhados em sala de aula, como também a ausência no livro didático adotado pelas escolas da história local sobre os indígenas no Recôncavo, tal qual a ausência de paradidáticos que abordem o tema, em cima do que apuramos com essas professoras reafirmou-se a necessidade da construção do paradidático com o conteúdo e objeto da pesquisa que resultou no produto.

Mesmo com as mudanças decorrentes da Lei 11.645/2008 ainda se evidencia dificuldades em desconstruir visões que por séculos referendaram o nosso olhar sobre esses povos o que levam a dificuldades de interpretação e representações sobre os diferentes povos indígenas

feitas pelos discentes e docentes sobre a situação desta população tanto na zona urbana como na rural, pois não só existe na população brasileiras indígenas que habitam as áreas de demarcadas para preservação, estes habitam também nas pequenas e grandes cidades brasileiras.

Algumas destas discussões não foram abordadas no paradidático, a situação de povos que habitavam ou passaram pelo Recôncavo como os Tupinambá, Kiriri, Payaya na atualidade, mas não podemos deixar de pontuar a importância de os estudantes saberem sobre estes povos que resistiram e continuam com suas lutas por terra e direitos.

É nesse contexto que o paradidático: “*A Guerra do Recôncavo: Violência e Colonização na Bahia*”, foi elaborado, despertado durante o período que cursei as disciplinas do mestrado, pesquisando sobre a literatura produzida sobre esse tema, o currículo dessas escolas que acima citei e o do contato com alguns estudantes.

Dessa forma, foi projetada a criação de um material que contivesse a função de incentivar nesses estudantes do fundamental II de Cachoeira e São Felix o interesse na história deste acontecimento histórico que foi muito importante para o surgimento destas duas cidades.

“*A Guerra do Recôncavo: Violência e Colonização na Bahia*”, foi construído intencionalmente em linguagem simples, o que foi de grande dificuldade para alguém que até então não havia escrito para esse público em questão, busquei inspiração em paradidáticos indicados no Sacrametina e Isba para essa faixa etária a exemplo de Robin Hood, pois fala de batalhas e de resistência de um grupo oprimido.

O paradidático está assim dividido: Apresentação, Introdução, A Capitania da Bahia que descreve a conjuntura da colônia na época e a situação do que se conhecia como Recôncavo geograficamente, A Guerra do Recôncavo que aborda as batalhas decisivas ocorridas durante 30 anos e O Começo do Fim Ou Recomeço o processo de resistência e reconfiguração destes povos. Como colocamos abaixo no sumário.

Figura 1- Sumário do Paradidático

Sumário

Apresentação	4
Introdução.....	5
A Capitania da Bahia.....	12
A Guerra do Recôncavo.....	20
O Começo do Fim ou o Recomeço.....	30
Referências.....	32



Figura 2- Capa do Paradidático



A ilustração da capa apresenta à imagem de um desenho, que consta o rio Paraguaçu e em uma das margens a vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, e na outra, a povoação que viria a ser vila de São Felix. No primeiro plano, à direita vemos o cais de desembarque, construído em 1712. A imagem é uma representação da cidade no século XVIII, apesar do paradidático abordar a Guerra e a fundação da vila que ocorreram no século XVII, não encontrei um desenho que ilustre a cidade nessa época, por este motivo escolhi a imagem mais antiga que encontrei durante a minha pesquisa. As imagens quando devidamente escolhidas podem motivar o leitor a ponto de despertar o interesse pela leitura, como não me aprofundei na pesquisa sobre as imagens dos indígenas produzidas pelos colonizadores à época optei por só utilizar a de Oscar Pereira da Silva de 1900, que mostra o olhar do pintor na sua interpretação do que teria sido a desembarque de Pedro Alvarez Cabral e o primeiro contato com os povos originários, o primeiro encontro entre esses dois mundos tão distintos, busquei através de um texto chamar a atenção como podemos interpretar essa imagem em cima das representações dos atores principais.

O desenvolvimento da produção textual, como já colocado por mim, foi difícil na busca de adaptar a uma linguagem apropriada para essa faixa etária, busquei não ser coloquial demais nem incorrer numa linguagem que não fosse despertar o interesse do público, por isso foi importante ter contato com paradidáticos que são adotados no currículo e conversas com os meus sobrinhos, que me ajudaram a buscar uma narrativa numa linguagem simples objetivando incentivar a leitura numa geração que tem no visual e no online seu maior interesse, buscando

também facilitar a compreensão dos fatos narrados como ferramenta para alcançar o interesse do leitor na história.

Quanto ao formato do livro adotamos eu junto com o Felipe Passos, adotou-se o formato paisagem, foi diagramado no Programa Adobe Indesign e teve a correção ortográfica e gramatical de Janaina de Costa Carvalho, optei por trabalhar com estes dois colaboradores o designer por ser estudante da UFRB nessa área, pensando na possibilidade deste colocar em prática a teoria de curso, e por ter conhecimento de alguns trabalhos feito por ele junto ao Coletivo Novos Cachoeiranos e Janaina de Carvalho Costa já trabalhou com correção ortográfica em textual de livros, publicados pela Mansão do Caminho.

O paradidático “*A Guerra do Recôncavo: Violência e Colonização na Bahia*”, possui 35 páginas Margens-15mm superior, 15mm inferior, 15mm direita, 15mm esquerda, Sangria,3mm superior, 3mm inferior, 3mm direita, 3mm esquerda, Entrelinhas: 19 pt e entre parágrafos é de 2mm.⁵⁴, Fontes Utilizadas Texto, Títulos: Gochi Hand. Tamanhos 14pt, 30pt, Capa e Capítulos, no Adobe Indesign. Após a defesa, foi sugerido modificações no paradidático, não foi possível realizar a diagramação depois da correção, assim, o paradidático foi modificado na versão em word.

4 Considerações Finais

A despeito da relevante quantidade de fontes históricas sobre o período, é ainda pequena a historiografia e baixo o impacto nos materiais didáticos do tema Guerra do Recôncavo, um conflito tão decisivo para a reconfiguração dos espaços, política de alianças, avanço colonial e fixação no Recôncavo e no sertão baiano, durante o período colonial. O levantamento e as análises feitas nos livros, dissertações, artigos e documentos históricos sobre o assunto, assim como a revisão da historiografia oficial, permitiu uma descolonização do meu olhar, impregnado pelas leituras tradicionais da minha vida escolar, visto que minha graduação foi em filosofia. Entender como os diferentes povos indígenas lutaram, resistiram, ressignificaram, adaptaram, reconfiguraram suas diferentes cosmovisões, cultura, economia, ocupação dos espaços, relação como o sagrado, com as demais forças dessa colônia em construção, dessa administração colonial portuguesa: suas instituições, leis, decretos.

A história da resistência indígena no Recôncavo e no seu avanço pelo sertão baiano é vista de forma parcial, do ponto de vista de quem estava no poder. A narrativa do colonizador, dos viajantes, do povo europeu, mais especificamente do colonizador português e as outras

narrativas, as outras cosmovisões de mundo, foram esquecidas ou silenciadas. No Recôncavo, no sertão, em todo os espaços conquistados pelo colonizador, viviam povos milenares, de diferentes troncos linguísticos, cosmovisões, culturas, possuindo mitos próprios, diferentes relações com o sagrado, com diversas formas de integração com a natureza. A conquista dos espaços ocupado por esses povos, a instalação da colônia no Recôncavo, a indústria açucareira, fumageira, o avanço do projeto econômico, administrativo, social, religioso, para o sertão, trouxeram consigo o silenciamento desses povos, que ficaram esquecido na memória. Na Guerra do Recôncavo, a sobrevivência desses povos à violência do estado colonial, impondo a sua estrutura de mundo, passou por diversas formas sociais, entre alianças, resistência, adaptação, fuga e morte.

Então, nessa caminhada, como já relatei, busquei diferentes olhares, em seus distintos relatos nos livros de história, artigos e dissertações, acerca dos povos originários construídos ao longo desses mais de quinhentos anos, e sua posterior reconstrução nas dessemelhantes narrativas, reelaboradas a partir dos anos setenta do século XX, para desenvolver o Paradidático: “A Guerra do Recôncavo, Violência e Colonização na Bahia”, para os estudantes do ensino básico, mas voltados para os estudantes do fundamental II.

No sentido contrário a essas visões pessimistas que perpassaram esse longo período, os povos indígenas permaneceram presentes e ativos, e com isso surgiram novas classificações, invocando uma identidade técnica e política forjada nas lutas contra as imposições e marginalização social imposta pela sociedade dominante, contrapondo-se às correntes histórico-antropológicas que enfatizam o seu desaparecimento.

A reflexão parcial a que cheguei com essa pesquisa, com base tanto em referência aos livros publicados, como aos artigos, dissertações, trabalhos apresentados em congressos, foi perceber um crescimento nos estudos sobre os povos indígenas, com diferentes olhares e perspectivas. Porém, ainda há muito pela frente, ou como disse Ailton Krenak, no documentário Guerras do Brasil, “estamos em guerra desde 1532, e o que temos observado nos últimos anos, e principalmente nesse ano atípico de 2020, é que essas batalhas estão longe do fim.

Por causa da luta desses povos, em paralelo aos trabalhos de autores como Manoela Carneiro da Cunha (2012), John Monteiro (1994), Pedro Puntoni (2002), João Pacheco de Oliveira (2016), às dissertações, aos artigos, torna-se cada vez mais difícil o não reconhecimento dessas diversas sociedades indígenas, em seus aspectos sociais, econômicos, culturais, de ocupação de espaços, extremamente importante na configuração da formação do Brasil.

Por isso, os lugares comuns a respeito desses povos e que ainda permanecem no sistema de educação, necessitam ser questionados e combatidos e para isso devem ser apresentadas novas narrativas que permitam debelar a persistência de alguns estereótipos, desde o ensino básico.

O formato escolhido para a composição do livro reflete claramente isto. Porém, vale ressaltar que não se pretendeu esgotar as informações sobre qualquer evento ou período histórico, nem aprofundar o estudo sobre reações à conquista por parte de alguns povos indígenas em particular, e sim apresentar uma visão geral.

5. Referências Bibliográficas

ABREU, J. Capistrano de 1853-1924, Capítulos de História Colonial: 1500-1800: Conselho Editorial do Senado Federal, Brasília, 1998, Biblioteca básica brasileira.

ALMEIDA, Leandro Antônio de. Produção de livros didáticos no mestrado profissional de História: relato de experiência a partir de uma disciplina da UFRB1, Revista de História Hoje. Vol 5 n°9, p.221 a 248, 2016.

ALVES, Rubens. A Escola com que sempre sonhei sem imaginar que existisse: Papirus, Campinas, 2003.

ALONSO, Angel M. O ocaso do romantismo: a polêmica Nabuco-Alencar. In Silva, Aracy Lopes da, e GRUPIONI, Luis Donezeti Benzi. (Orgs). A temática indígena na escola. Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 1995, P.241-243.

ASSMAN, Hugo. Reencantar a educação. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 241

AZEVEDO, Paulo Ormino de. Recôncavo: território, urbanização e arquitetura. In: CAROSO, C., TAVARES, F., and PEREIRA, C., orgs. Baía de todos os santos: aspectos humanos. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 205-253

BANDEIRA, Denise. Material didático: conceito, classificação geral e aspectos da Elaboração. Disponível em: <<http://2.videolivriaria.com.br/pdfs/24136.pdf>. Acesso em 12 de agosto de 2020

BASTOS, Jamille Cardoso Oliveira Santos, Ecos de liberdade: a Santidade de Jaguaripe entre os alcances e limites da colonização cristã. Dissertação apresentada a banca Examinadora da UFBA-Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, para a obtenção do título do mestrado em história, Salvador, 2015.

BITTENCOURT, C. Maria Fernandes, O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2003.

_____, Ensino de História e métodos, 4 eds., São Paulo, 2012 (Coleção docência em formação, Série ensino fundamental/ coordenação Antônio Joaquim Severino, Selma Garrido Pimenta)

_____, Em Foco: História, produção e memória do livro didático. Educação e Pesquisa. V.30 n.3 Apresentação set/dez 2004 b.

CANCELA, Francisco. Velhos e novos desafios da História Indígena no Brasil. In: SANTOS, Fabricio Lyrio (org.), Os índios na História da Bahia. Cruz das Almas: Editora da UFRB: Fino Traço, Belo Horizonte, 2016.

CHAUÍ, Marilena. O Discurso competente: Crítica e Ideologia in Cultura e Democracia: Moderna, São Paulo, 1982.

CUNHA, Manuela Carneiro da, Imagens de índios do Brasil: O Século XVI, 1990. <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8582>, acessado em 10 de março de 2019.

_____, Índios no Brasil História, Direitos e Cidadania, 1a ed.: Claro Enigma, São Paulo, 2012.

DIAS, Leonardo Guimarães Vaz, A Guerra dos Bárbaros: manifestação das forças colonizadoras e de resistência nativa na América Portuguesa. Ver. Eletrônica de história do Brasil, Juíz de Fora, UFJF, n°1, Jan-junh.2001, Disponível em <http://www.clionet.uffbr/rehb>, acessado em outubro de 2019

FANELLI, Geovana de Cássia Ramos, A lei 11.645/2018 História, movimentos sociais e mudança curricular, Dissertação apresentada à Banca Examinadora da PUC-Universidade Pontifícia de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação. Sob a orientação da Profa. Dra.: Circe Maria Fernandes Bittencourt, São Paulo, 2018

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. Topoi, Rio de Janeiro, dez.2002, p.300-334.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos trópicos o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional in, Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 1988.

LEÃO, Sánchez Ângela, “Servindo a Deus e ao Rei” Escravidão velada, liberdade tutelada: a questão da liberdade dos índios no Estado do Grão-Pará e Maranhão – segunda metade do século XVIII. Dissertação apresentada a banca da Examinadora PUC-Universidade Pontifícia de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do Título de doutorado em Educação. Sob a orientação da Profa. Dra. Estafânea Knotz Canguçu Fraga, São Paulo, 2015.

MAESTRI, Mário, Terra do Brasil: A Conquista Lusitana e o Genocídio Tupinambá, 4º edição: Moderna, São Paulo, 1993.

MANTOVANI, Katia P., O Programa Nacional do Livro Didático –PNLD Impactos na qualidade do ensino público, Dissertação apresentada a banca da Examinadora da USP- Universidade de São Paulo, no Programa de Pós-graduação da Faculdade de Letras e Ciências Humanas Departamento de Geografia, para obtenção do título de mestrado sob orientação da Profa. Dra. Sonia Vanzella Castellar, São Paulo, 2009

MARQUES, Guida. Do Índio Gentil ao Bárbaro: usos e deslizes da Guerra Justa na Bahia Seiscentista. *Rev. História*, São Paulo, 2014 n.171, pp.15-48 Disponível em:

<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2014.89006>. Acessada em março de 2020.

MELLO, Evaldo Cabral de, (Org.) O Brasil Holandês - (1630-1654) Recife: Pinguim Companhia das letras, 2010.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. A história, cativa da memória? *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n.34, 1992, p.9-24

MENDES, Agla, IMAGENS E OLHARES: Povos indígenas e a construção/reforço de estereótipos através de imagens dos séculos XVI-XVII e XIX-XX utilizadas como complementos em conteúdos na sala de aula. Dissertação de Mestrado apresentada a banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas da – UFRB-Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2016.

MONTEIRO, John Manuel: Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo: Companhia da Letras, São Paulo, 1994.

NEVES, Juliana Brainer Barroso, COLONIZAÇÃO E RESISTÊNCIA NO PARAGUAÇU – BAHIA, 1530 – 1678, defesa de dissertação apresentada banca Examinadora na UFBA- Universidade Federal da Bahia, no Programa de pós-graduação em História, para obtenção da titulação no Mestrado em História social, Recife, 2008.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. Yara Khoury. *Projeto História*, São Paulo: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP, n.10, p.7-28, dez. 1993.

PACHECO DE OLIVEIRA, João, O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades / João Pacheco de Oliveira: Contra Capa, Rio de Janeiro, 2016.

_____, João, FREIRE, Carlos Augusto da Rocha A Presença Indígena na Formação do Brasil /: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, Brasília 2006.

- PARAÍSO, MHB. Índios, náufragos, moradores, missionários e colonos em Kirimurê no século XVI: embates e negociações. In: CAROSO, C., TAVARES, F., and PEREIRA, C., orgs. Baía de todos os santos: aspectos humanos [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 70-101.
- PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In CUNHA, Manuela (org). História do Índio no Brasil. 2° ed.: Companhia das Letras, São Paulo, 1992.
- PIRES, Maria Idalina da Cruz, Resistência indígena nos sertões nordestinos no pós-conquista territorial: legislação, conflito e negociação nas vilas pombalinas 1757-1823, Dissertação apresentada à banca Examinadora da UFPE- Universidade Federal de Pernambuco para obtenção do título de doutorado, sob orientação de Prof. Dr. Armando Souto Maior, Recife, 2004.
- POMPA, Cristina, *Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial*: EDUSC/ANPOCS, Bauru, SP, 2003
- PUNTONI, Pedro, A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, São Paulo, 2002.
- RIBEIRO, Berta. O índio na história do Brasil/Berta Ribeiro – 12. ed.: Global, São Paulo 2009.
- SANTOS, Fabricio Lyrio, Da Catequese à civilização: colonização e povos indígenas na Bahia: UFRB, Cruz das Almas/BA, 2014.
- SANTOS, Solon Natalício Araújo dos: Conquista e Resistência dos Payayá no Sertão das Jacobinas: Tapuias, Tupi, colonos e missionários (1651-1706), defesa de dissertação apresentada a banca Examinadora na UFBA- Universidade Federal da Bahia, para obtenção da titulação de mestre em História Social, Salvador, 2011.
- SCHWARTZ, Stuart B., Engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1885: tradução Laura Teixeira Mota: Companhia da Letras, São Paulo, 1988.
- SIERING, Friedrich Câmera, Conquista e dominação dos povos indígenas: resistência no sertão dos Maracás. (1650-1701), defesa de dissertação apresentada a banca Examinadora na UFBA- Universidade Federal da Bahia, para obtenção de titulação no Mestrado em História Social, Salvador, 2008.
- SILVA, Edson, SILVA, Maria da Penha da- (orgs.), A Temática Indígena na Sala de Aula: Reflexões para o ensino a partir da lei 11.645/2008- 2° ed.- Recife: Ed. Dos Organizadores, 2016.
- SILVA, José Justino de Andrade e, "Collecção Chronologica da Legislação Portugueza - 1603-1612", Lisboa: Imprensa de J. J. A. Silva, 1854, p.309

SILVA, Giovani José da, Histórias e Culturas Indígenas na Educação básica /Giovani José e Anna Maria Ribeiro F. M. da Costa -1ed.- Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018 - Coleção práticas docentes.